

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História

**1964 em 3 versões:
um estudo sobre produções historiográficas**

Gustavo Henrique Brito de Medeiros



Natal
2005

GUSTAVO HENRIQUE BRITO DE MEDEIROS



**1964 em 3 versões:
um estudo sobre produções historiográficas**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a direção do professor Raimundo Nonato Araújo da Rocha.

NATAL

2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todos aqueles que me auxiliaram nessa grande tarefa que é a elaboração de uma monografia de graduação em História. Primeiramente, agradeço ao meu orientador, o professor Raimundo Nonato Araújo da Rocha, que me ajudou a corrigir erros e me deu dicas e orientações importantes para o prosseguimento da monografia.

Também agradeço à professora Flávia Pedreira, que através de sua aula de historiografia despertou em mim um interesse em fazer uma monografia dentro da área historiográfica.

Não poderia deixar de agradecer à minha irmã Daniela, que me ajudou muito com seus conhecimentos de metodologia científica, nessa monografia.

E a todos os colegas e amigos que me deram sugestões sobre o assunto, narrando fatos que me ajudaram a compreender melhor o período do fim do governo Jango e do início do regime militar, como o professor de Teoria Política do curso de Jornalismo da UFRN Jarbas Martins, um ex- membro da Ação Popular, nos anos 60.

Dedico esta monografia aos meus pais, que me possibilitaram a
prosseguir , apesar de tudo.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	5
2. capítulo 1- A instauração do poder militar no Brasil em 1964.....	15
3. capítulo 2- As estratégias para a tomada do poder	30
4. capítulo 3- O poder após 31 de março.....	42
5. Conclusão.....	51
6. Bibliografia.....	54

Introdução

As interpretações historiográficas sobre 1964 são diversas. Golpe, Revolução, contra-golpe, são alguns adjetivos encontrados por diferentes autores para qualificar o ocorrido. Este trabalho tem por objetivo analisar diferentes interpretações sobre o movimento civil- militar instaurado no país a partir de 1964. Com o intuito de delimitar nosso objeto de investigação, estudaremos particularmente três versões distintas sobre esse movimento: a de Jacob Gorender, a de Manuel Cambeses Júnior e a de Élio Gáspari. A razão para escolha desses autores diz respeito ao momento de produção de suas obras: da década de 1980 (desde a Redemocratização) aos anos 2000.

Será discutido na pesquisa interpretações distintas feitas sobre o movimento militar de 1964. Dentro disso, se explicitará quem considera o 31 de Março um Golpe de Estado, uma Revolução ou um Contra- Golpe, através dos autores acima citados. Cada um deles expressa uma opinião divergente sobre o assunto. Portanto, serão estudados três livros, cada qual com uma das interpretações acima descrita.

A análise e interpretações diversas feitas sobre 1964 é delimitada temporalmente a partir da década de 1980 até os dias atuais. Isso porque a partir dos 20 anos do evento, que coincide com a Redemocratização do país até os dias atuais (ano passado se lembrou os 40 anos do mesmo) muito material foi produzido acerca desse tema, tendo profundidade histórica. Também as análises, sem os antigos limites impostos pela censura (que foi abolida), eram mais aprofundadas. Isso justifica a escolha das diversas interpretações sobre o 31 de Março nesse período delimitado de tempo.

Os dados constatados no trabalho são válidos para o país, mas o foco do estudo estará na região sudeste e Brasília (DF), onde a idéia e a preparação para um golpe de estado contra o então presidente da República João Goulart (Jango) se articulava, possivelmente desde a sua posse, devido à renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Embora os momentos mais tensos só ocorressem a partir de seu governo sob o presidencialismo (1963-64) e com suas Reformas de Base, entre outros.

A discussão sobre 1964 no Brasil está imbricada com a ordem internacional dos anos 1960. Naquele momento vivia-se uma bipolaridade que dividia todos os países do mundo, entre as propostas político- ideológicas e econômicas das duas maiores potências

militares da terra: União Soviética e Estados Unidos. A primeira queria expandir o modelo socialista (soviético) e o segundo impor o 'American Way of Life', através do capitalismo.

Desde a década de 1940, com o governo de Dutra, o Brasil tinha se alinhado aos Estados Unidos, e o Partido Comunista do Brasil (PCB) fora posto na ilegalidade (1947).

Com a eleição de Jânio Quadros à presidência da República, viu-se ao lado de seu populismo, no campo nacional, uma política externa não-alinhada aos Estados Unidos, a volta das relações diplomáticas com a União Soviética e a condecoração do guerrilheiro e líder comunista Che Guevara. Segundo o jornalista Paulo Markun, em seu livro *1961: Que as armas não falem*, o ídolo de Jânio era o General Gamal Abdal Nasser, estadista egípcio e líder dos países não-alinhados.

Com a renúncia de Jânio, no Dia do Soldado de 1961, o seu vice, João Goulart, deveria assumir a presidência da nação. Mas, se encontrava na China Socialista de Mao Tsé Tung, em visita oficial. Alguns Generais, temendo que Jango instalasse um governo socialista no Brasil, não queriam permitir a sua posse. O governador gaúcho, e cunhado de Jango, Leonel Brizola, organizou a chamada Cadeia da Legalidade, uma rede de rádios que transmitiam seus discursos favoráveis à posse de João Goulart. Havia o perigo de uma guerra civil, no Brasil.

O parlamento brasileiro resolveu adotar uma solução de consenso: Jango assumiria a presidência, mas sem os poderes do presidencialismo. O Brasil seria parlamentarista.

Em 1963, no entanto, um plebiscito nacional decidiu que Jango deveria ser presidente, dentro do regime presidencialista. A partir daí, o leque de alianças da esquerda, que havia apoiado Jango, começou a reivindicar melhorias sociais para os trabalhadores, dentro de uma plataforma socialista.

No campo, Francisco Julião liderava as Ligas Camponesas, que reivindicavam Reforma Agrária. Na política partidária, o PCB de Luís Carlos Prestes, o PSB de Miguel Arraes e o PTB de Brizola apoiavam Goulart.

Na oposição a Jango e às suas Reformas de Base (que incluíam reformas agrária, universitária e fiscal), estavam as forças mais conservadoras e tradicionais, ligadas ao Alto Clero da Igreja Católica e aos setores mais conservadores dentre os oficiais das Forças Armadas e os empresários nacionais. Todas essas forças temiam as medidas reformistas de Jango, vendo um perigo de socialização do país. As mulheres da classe média alta,

católicas, participaram das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, com terços nas mãos, denunciando o caráter subversivo do governo.

A bipolarização observada no mundo tinha seus reflexos no Brasil, onde as esquerdas (socialistas, trabalhistas e comunistas) apoiavam Jango e suas Reformas de Base, enquanto a direita (Alto Clero, empresários, classe média) denunciava um perigo de socialização do país, como alardeavam.

Para piorar, os sargentos do Exército e os marinheiros e cabos da Marinha fariam rebeliões, em 1963, pedindo melhorias, e eram apoiados pelo governo Jango. Após o comparecimento do presidente a um comício em que os sargentos reivindicavam melhorias, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, em 30 de Março de 1964, os Generais golpistas deixaram de apenas tramar, e passaram a agir contra o governo Jango, acusando-o de ser uma República Sindicalista.

Em 31 de Março de 1964, o General Olímpio Mourão Filho colocou as suas tropas, sediadas em Minas Gerais, na rua. Era o início do movimento militar anti-janguista. Castelo Branco, o último General a aderir ao golpe, seria empossado, dias depois, tornando-se o primeiro presidente do regime militar (1964- 85), no país. Jango fugiu para o Uruguai, em 2 de Abril, deixando vaga a presidência da República.

Esse confronto de fatos, durante muito tempo, foi contado pela ~~história~~ de maneira homogênea. A idéia era de se buscar uma verdade problematizada sobre os acontecimentos.

histoziografia

(7)

A nossa meta nesse trabalho é exatamente mostrar a diversidade interpretativa acerca desse fato.

Historicamente, o tema se justifica pela importância de tentar compreender o movimento militar que conquistou o poder do Estado brasileiro, imprimindo o regime militar, em 1964. A proposta é procurar entender o assunto a partir de diferentes interpretações contidas em 3 livros, que tomarei como base, para expor as idéias divergentes sobre 1964.

No tocante às razões que nos conduziram a estudar este tema, podemos enfatizar dois aspectos. O primeiro deles é que sempre tive fascínio pelas intervenções que os militares fizeram na vida política brasileira (proclamação da República, em 1889, e o tenentismo, na década de 1920, etc). Além disso, me fascina compreender as razões que levaram o Brasil a ter uma tradição ditatorial (como na República da Espada e no Estado

Novo). Portanto, entender o movimento de 1964 é estudar a mais recente “quartelada” da história nacional, que já entrou no poder de forma ditatorial. Estudando 1964 e suas causas, estudo os 2 temas que me fascinam, no Brasil Republicano: as Forças Armadas e sua participação política, e mais um capítulo ditatorial na vida nacional, iniciado em 31 de Março de 1964.

Além de tudo isso, fui aluno de 2 Colégios Militares- situados em Brasília e Fortaleza- de 1988 à 1991, onde concluí o ensino fundamental. Ao fazer o Concurso de Classificação (para os filhos de civis) para o Colégio Militar de Brasília, em 1987, me lembro do professor de História nos orientando para que, se precisássemos escrever sobre 1964, chamássemos o evento de Revolução Democrática. Isso por que ele temia que se alguém chamasse o 31 de Março de golpe, poderia ser desclassificado, no concurso. Já dentro do Colégio Militar de Brasília (CMB), houve uma seleção entre os alunos, sobre o tema: O Exército e o Brasil. E a redação vencedora não citava o 31 de Março. Tudo isso me estimulou a aprofundar o estudo sobre esse tema, ainda um tabu, no Exército. Por isso o escolhi para pesquisar.

A parte empírica desse trabalho foi feita a partir do confronto de três concepções distintas sobre o movimento de 1964: Revolução, Golpe ou Contra- Golpe.

Élio Gaspari, autor de *A Ditadura Envergonhada*, defenderá a tese de que o 31 de Março foi um contra- golpe, organizado pela ESG (Escola Superior de Guerra) e políticos brasileiros, como Carlos Lacerda, e precipitado pelo General Mourão Filho, visto que, segundo esse autor, o próprio Jango estaria articulando um golpe para conseguir mais poderes e ser reeleito, o que era inconstitucional, com o intuito de implementar as Reformas de Base. Portanto, para Gaspari, se os militares não tivessem feito o levante que os levaria à conquista do poder central do país, teriam sido vítimas de um golpe janguista. Daí ele entender o movimento militar como um contra- golpe.

Já para Jacob Gorender, autor do livro *Combate nas Trevas*, o movimento militar de 1964 foi um golpe de estado. Segundo o autor, já havia uma conspiração anti- janguista envolvendo Generais e oficiais superiores das 3 Forças Armadas, além de governadores, empresários e parlamentares, que foi intensificada no fim de Março, devido à sucessão de manifestações grevistas. Eles estariam tramando contra o governo Jango, para desestabilizá- lo, a meses, através de propaganda política feita pelo IPES (Instituto de

Pesquisas e estudos Sociais) e pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Viam as Reformas de Base que Jango queria implementar como “uma espécie de interpretação trabalhista da linha política discutida pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro)”. A iniciativa foi dos Generais golpistas, que junto a líderes civis do movimento (a maioria governadores de estado), decidiram que Castelo Branco assumiria a presidência da República.

Ao analisarmos a tese de que 1964 foi uma Revolução, trabalhamos com o artigo do Coronel da reserva da Aeronáutica Manuel Cambeses Júnior. Defendendo a visão oficial da Escola Superior de Guerra (ESG) sobre o movimento militar de 1964, Cambeses Júnior, que é membro do Centro de Estudos Estratégicos da ESG, já deixa clara sua interpretação no título de seu escrito: *Do Governo Juscelino Kubitschek até a Revolução de Março de 1964*. Vai justificar a necessidade da intervenção militar em 1964, pois o Brasil de Jango estaria marchando para uma “República Sindicalista”, onde os sindicatos, controlados pelos comunistas, eram apoiados por Jango, que apoiava a quebra da lei e da ordem, ao discursar em comícios de sargentos que queriam ter elegibilidade- algo ilegal na Carta Magna de 1946, então vigente. Afirma que as Forças Armadas defenderam o seu dever, segundo o artigo 176 da Constituição, que atribuía a elas a defesa da Pátria e da “lei e a ordem”. Para que elas não se tornassem simples milícias comunistas, afirma o autor que precisaram fazer aquela “patriótica (...) Revolução democrática”, em 31 de Março. A transformação jurídica e de valores promovida pelos Generais de 1964 caracterizariam o movimento como uma Revolução Democrática, na ótica do autor.

Me proponho a estudar, nesse projeto, a argumentação utilizada para dar o embasamento a cada uma das interpretações de cada um dos 3 autores acima citados, acerca de 1964. E essa argumentação está presente em seus respectivos livros.

A crise que recentemente houve no Ministério da Defesa, e que levou o Ministro José Viegas a perder a pasta, serve como justificativa social do meu projeto. Recentemente, o Centro de Comunicação Social do Exército lançou uma nota em que defendia o uso da força empregada na época dos governos militares, através das Forças Armadas, para reprimir as guerrilhas contrárias ao regime, pois, segundo esse documento, quem teria iniciado a violência teriam sido as guerrilhas armadas da esquerda brasileira que faziam oposição ao regime militar. Isso levou o governo a exigir uma retratação do comandante do

(*) NOTA PARA ESCLARECER

Exército, mas a crise foi tal que o Ministro Viegas acabou caindo. Isso mostra como ainda é um tema delicado o regime militar e a repressão. E mostra como ainda há o que se investigar sobre o tema, procurando uma compreensão dessa tumultuada fase de nossa história.

Na realidade, as Forças Armadas sempre se inseriram na política, desde a Guerra do Paraguai. Essa participação política foi intensificada na República, que foi proclamada por um Marechal, Deodoro da Fonseca. A tradição autoritária também sempre foi presente nos círculos militares brasileiros, e começou com o positivismo, que muito influenciou a República brasileira. Além disso, os primeiros presidentes do Brasil foram dois Generais, que governaram com mão de ferro, na chamada “República da Espada” (1889- 1894). Na década de 1920 os tenentes marcharam pelo Brasil, sem sucesso, tentando derrubar o sistema oligárquico. A ESG (Escola Superior de Guerra), centro de estudos estratégicos brasileiros, foi um local onde se defrontaram diferentes plataformas políticas para o Brasil. Ensinaram e deram cursos na ESG, Nelson Werneck Sodré, comunista, e Castelo Branco, que seria o líder do movimento que derrubaria Jango em 1964.

Portanto, pesquisar e refletir sobre as diferentes interpretações acerca de 1964, é também entender melhor a conturbada relação dos militares com a sociedade civil brasileira. E isso é socialmente relevante para o estudo da história do país.

Se buscará uma análise historiográfica sobre o assunto, no período acima explicitado, mostrando as várias perspectivas e interpretações sobre 1964, e analisando-as dentro do pressuposto ideológico e político dos escritores utilizados.

O livro *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender, será utilizado na pesquisa para mostrar como a esquerda- que majoritariamente encara 1964 foi um golpe de Estado- analisa o evento. Jacob Gorender, um ex- dirigente do PCB e PCBR (dissidência do PCB que entrou na luta armada, quando o Partidão se recusou a pegar em armas, no fim dos anos 60), é uma figura de destaque intelectual, que é conhecido no meio acadêmico, extrapolando o alcance apenas da esquerda, em seus livros. É famoso por suas versões acerca da História do Brasil.

No livro usado nessa monografia, Gorender fala sobre as guerrilhas de esquerda do fim da década de 1960, que surgiram para combater a ditadura militar. Mas, nos primeiros capítulos de seu livro, analisa como estava o país e as idéias que circulavam na esquerda



nacional, principalmente no PCB, onde militava. As fontes que ele usa para falar sobre 1964 são escritos de comunistas (como Agildo Barata e Osvaldo Peralva), e de jornais de esquerda (como o Novo Rumos, do PCB), além de intelectuais brasileiros de esquerda, como Caio Prado Júnior, além de jornais (como o Estado de São Paulo) e escritos de Generais.

Élio Gaspari faz uma narrativa das últimas horas do governo Jango até o seu epílogo, no 1º de Abril, nos 2 primeiros capítulos de seu livro *A Ditadura Envergonhada*. **Elio Gaspari** é um jornalista que em 1984, ganhou uma bolsa de três meses do Wilson Center for International Scholars. Sua intenção era escrever um ensaio cujo título já estava definido: **Geisel e Golbery, o Sacerdote e o Feiticeiro**. Seu plano era o de explicar por que entre 1974 e 1979 o ex-presidente da República e o chefe do seu Gabinete Civil desmontaram a ditadura militar, quando, na década anterior, entre 1964 e 1967, eles a haviam edificado seus alicerces. Mas, quase duas décadas depois disso se transformou em cinco livros.

Começou sua atividade profissional jornalística no Semanário *Novos Rumos*, do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Trabalhou na revista *Veja* e no *Jornal do Brasil*. Sua coluna é hoje publicada em diversos jornais, como na Folha de São Paulo, no O Globo e no Zero Hora, dentre outros. Usa em seu livro depoimentos de políticos (dos dois lados do conflito), entrevistas (como a de Jango à revista *Manchete*), livros (como o de Jacob Gorender acima citado) e testemunho de políticos e Generais da época. Gaspari defende a tese de que 1964 foi um contra-golpe contra as pretensões de maiores poderes de Jango e o fortalecimento da esquerda radical, no país.

Já o Coronel da Aeronáutica da reserva Manuel Cambeses Júnior é Membro do Centro de Estudos Estratégicos da ESG. O título de seu artigo deixa clara sua interpretação sobre o evento: *Do Governo Juscelino Kubitschek até a Revolução de Março de 1964*. Vai justificar a necessidade da intervenção militar em 1964, pois o Brasil de Jango estaria marchando para uma "República Sindicalista", onde os sindicatos, controlados pelos comunistas, eram apoiados por Jango, que apoiava a quebra da lei e da ordem, ao discursar em comícios de sargentos que queriam ter elegibilidade- algo ilegal na Carta Magna de 1946, então vigente.

ver
9

Por estar atuando na Escola superior de Guerra como um intelectual de respeito lá, que escreve sobre Assuntos Estratégicos no site dos militares da Reserva da Força Aérea (RESERVAER), sabe defender bem a tese dos que vêem 1964 como uma Revolução Democrática contra o sindicalismo e o crescimento das esquerdas. Já escreveu diversos artigos para esse site, sobre questões de História política no Brasil e no mundo, durante o passado e o presente.

Nos nossos estudos preliminares constatamos que a concepção desse movimento como Revolução foi gestada entre os militares e, assim sendo, iremos buscar no artigo desse militar da ESG os argumentos e fatos que dão sustentação a essa concepção.

Procuramos também as vinculações teóricas e políticas dos autores para estabelecer as fontes de inspiração dessas idéias.

Outra concepção acerca de 1964 é a de que ele foi um contra- golpe. Dentro dos estudos preliminares feitos, já constatamos que alguns dos argumentos entre essa tese e a da Revolução são parecidas, com relação aos acontecimentos do governo João Goulart. Élio Gaspari, autor que defende a tese do contra- golpe, e que será estudado nessa monografia, defende no seu livro A Ditadura Envergonhada, que havia um perigo eminente de um golpe de Estado, por parte do governo João Goulart. Portanto, para “salvar” o país de uma ditadura esquerdista, foi necessário o contra- golpe das Forças Armadas, em 31 de Março.

Se estudarão todos os argumentos acerca dos eventos que levarão ao desfecho de Março de 64, e se procurará entender de onde vem essas idéias que dão embasamento a essa tese, assim como suas vinculações teóricas e políticas.

Já na análise da concepção de que 1964 foi um golpe de Estado, usaremos o livro Combate nas Trevas, de Jacob Gorender. Naquele livro, Gorender se propões a falar sobre os grupos da esquerda brasileira que foram para a luta armada. Mas, antes, ele fala sobre os eventos que levaram a 1964. E classifica o movimento de Março de Golpe, amparado na idéia de que havia um governo constitucional que foi derrubado pelas força das armas. Os pressupostos usados por Gorender para defender tal tese, suas concepções teóricas e vinculações políticas também serão analisadas.

Terminada essa etapa, faremos um confronto entre as idéias discutidas.

Se a minha pergunta é: por que os intelectuais brasileiros tiveram diferentes interpretações sobre o papel do movimento militar de 1964? Eu tenho, a princípio, algumas respostas na forma de hipóteses, que serão confirmadas ou rejeitadas.

A minha primeira hipótese é a de que existem diferentes interpretações acerca de 1964 devido aos diferentes pressupostos ideológicos a que estão vinculados os intelectuais que estudam esse evento. Portanto, mostrarei esses diferentes modos de entender o fato, explicando sua respectiva base de pressuposto ideológico.

A minha segunda hipótese é a de que os que defendem que o movimento militar de 1964 foi um contra- golpe, estão imbuídos de uma visão construída na Escola Superior de Guerra (ESG), que via a necessidade de evitar um golpe de estado de esquerda, por parte das forças que estavam no poder (governo Jango), que instalaria no país uma “República Sindicalista”. Nesse contexto, o 31 de Março seria um contra- golpe necessário para evitar uma subversão da ordem estabelecida. Élio Gáspari, por exemplo, um jornalista que foi financiado pelo Estado para escrever sobre Geisel, no fim da década de 1970, defende que o movimento de 1964 foi um contra- golpe necessário contra as forças do presidente Jango, que teria dado o golpe se não tivesse recebido o contra- golpe em 31 de Março.

Entre os que acham que 1964 foi um Golpe de Estado, está Jacob Gorender, que foi dirigente do PCB e depois do PCBR, nas décadas de 1960 e 70, depois mudando- se para o PT. Ele defende a tese consagrada entre os intelectuais de esquerda, que afirma que o movimento de 1964 foi um golpe de Estado, que contou com o apoio das elites empresariais e clericais da nação, e teve um apoio e uma influência do Departamento de Estado americano (CIA), que queria evitar uma “nova Cuba” na América Latina.

A hipótese que desenvolvo agora, é a de que essa visão da esquerda era influenciada pelo contexto da Guerra Fria (capitalismo versus socialismo), que atribuía o golpe tanto à elites nacionais, que não queriam perder suas posses e privilégios, quanto a forças estrangeiras (CIA). Seria uma orquestração internacional, primariamente.

Já o Coronel da reserva da Aeronáutica Manuel Cambeses Júnior, ligado à ESG, defende a tese de que 1964 foi um Revolução, que visava defender a Democracia contra a ameaça de subversão da ordem instaurada pelos janguistas e seus aliados (comunistas e socialistas). Essa tese é semelhante à do contra- golpe, e igualmente influenciada pela ESG.

Mas aqui, se define o 31 de Março como uma Revolução, vista por seus líderes como “redentora” da nação, que estaria ameaçada pelos subversivos de esquerda.

Todos os 3 autores acima citados estão vinculados às idéias dominantes dos grupos a que pertencem, ou pertenceram, ou por quem foram financiados. E isso será analisado.

Este trabalho está estruturado a partir de três capítulos. No primeiro capítulo se buscará compreender o que foi 1964, isto é: qual foi a causa para esse acontecimento. Como cada uma das três interpretações classifica e analisa o 31 de Março. Em outras palavras, como quem vê o movimento militar como uma revolução, golpe ou contra- golpe explica o por quê do mesmo. Serão explicitadas as interpretações distintas, no capítulo 1.

No capítulo 2 serão analisadas as estratégias usadas para os líderes do movimento militar chegarem ao poder. As teses sobre essas estratégias, para cada uma das 3 interpretações será explicitada e analisada.

Já o capítulo 3 analisará as ações ocorridas após o 31 de Março. Para quem afirma que 1964 foi golpe, contra- golpe ou revolução, o regime que foi instaurado após o 31 de Março é visto como? Também se analisará isso a partir dos outros prismas interpretativos, dos demais autores.

Capítulo 1-

A instauração do poder militar no Brasil em 1964

Este capítulo tem por objetivo analisar as razões que favoreceram a implantação do regime militar. Buscando ultrapassar às concepções de verdade plena, procurar-se-á detectar essas razões a partir de 3 concepções diferentes: a de Cambeses, a de Gorender e a de Gaspari.

Uma primeira interpretação sobre a ação militar de 1964 é a do Coronel da reserva da Força Aérea Brasileira (FAB) Cambeses. Para o autor o fato ocorrido em 1964 foi uma Revolução. Em artigo produzido sobre o tema: *Do Governo Juscelino Kubtschek até a Revolução de Março de 1964: Uma Breve Análise Histórica*, Cambeses afirma que, dentro da política nacional, João Goulart era um conciliador que tentou aliar sua trajetória trabalhista a interesses de grupos conservadores. Já na política externa, Cambeses afirma que Goulart cometeu erros, ao querer seguir as diretrizes da política não – alinhada (nem ao bloco capitalista americano nem ao socialista soviético) do nasserismo e, ter consentido as atividades comunistas no Brasil. “hoje, está claro que a tibieza de Goulart frente aos avanços da ação comunista no Brasil teve claros movimentos de nossas relações internacionais” (CAMBESES, 2004: 2).

Cambeses irá explicar que desde Jânio Quadros e JK havia uma tentativa (mais concreta em Jânio) de conduzir uma política externa não- alinhada, no Brasil. Uma política que desse mais autonomia ao país, no plano exterior. Mas, ao mesmo tempo em que isso ocorria- e ele não vê isso com maus olhos- havia um clima de subversão de esquerda, que aumentava paulatinamente no país, desde a década de 1950. “se aprofunda a politização do campo iniciada nos anos 50 (...) quando grupos e partidos de esquerda, principalmente o Partido Comunista Brasileiro, deslocam quadros para o interior para mobilizar e organizar a população rural” (CAMBESES, 2004: 4). A partir daí vão se formando as Ligas Camponesas e Associações rurais desvinculadas ao Ministério do Trabalho, mas ligadas a sindicatos. E segundo ele, o agricultor passou a ser chamado de camponês, visando dar maior participação às classes menos favorecidas, na esteira das Reformas de Base, de Jango.

Para Cambeses, a causa do 31 de Março está relacionada com

“ as pressões exercidas ultrapassaram o nível de tolerância do conflito, levando segmentos importantes a buscar uma atuação das Forças Armadas, incluindo- se o empresariado industrial, uma classe média assustada, o clero, além de um não desprezível endosso da grande imprensa”. (CAMBESES, 2004: 5).

Para o Coronel, as Forças Armadas, juntas com esses setores da sociedade, todos alarmados com a subversão no governo Jango, mudaram o sistema (derrubaram Jango) para garantir as liberdades democráticas no país.

Além desses fatores, Cambeses aponta para outros: a crescente inflação e a ameaça de nacionalização de indústrias corroboraram para a substituição do presidente Jango. Ainda no campo político, a criação do ISEB- Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que era organizado pelo MEC, mas congregava intelectuais especialmente “dos campos comunista e socialista”. Segundo o articulista da ESG, “os militares eram vistos por eles” os intelectuais de esquerda do ISEB “com suspeição, exceto, é claro, os também comunistas”.

Num quadro caótico e subversivo desses, era necessário um movimento que mudasse o sistema para garantir as garantias democráticas, no Brasil, segundo esse autor. Isso porque Jango tanto tinha posições de esquerda, como “estava literalmente cercado de comunistas”, a quem permitia que ocupassem os mais altos cargos governamentais, e era conivente com a agitação de sindicatos, como a CGT.

Desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, houve dificuldades para Jango. Os ministros militares não queriam que Jango tomasse posse. Cambeses cita um trecho do manifesto público dos ministros militares, justificando sua recusa em admitir que Jango assumisse a presidência da República. Essa citação constitui uma ótima referência para justificar a quartelada que seria feita três anos depois, contra o mesmo Jango, pelos mesmos motivos que os ministros militares não queriam dar posse a ele. Segundo o manifesto público, João Goulart encorajara e até promovera subversão desde sua época de ministro do Trabalho, sob Vargas.

“Era também comprovada a grande infiltração de conhecidos agentes do Comunismo internacional, bem como de numerosos elementos esquerdistas, em vários setores do Ministério do Trabalho, inclusive em funções importantes na sua administração e nos sindicatos (...) Em viagem oficial à URSS e à China comunista, Goulart deixou claro seu apoio, óbvio e indiscutível, aos regimes políticos daqueles países, ao enfatizar o sucesso das comunas populares” (CAMBESES, 2004: 26).

Por fim, os ministros militares vão justificar sua oposição à posse de Jango.

“Se ele tomasse posse na presidência da República, com nosso sistema de governo que dá ampla autoridade e poderes pessoais ao Chefe de Estado, João Goulart seria, indubitavelmente, um incentivo óbvio para aqueles que gostariam de ver nosso país afundado no caos, anarquia e insurreição. (...) As Forças Armadas estão absolutamente convencidas de que, se isso acontecesse, nosso país enfrentaria um inquietante período de desordens, fragmentação e mesmo conflitos sangrentos, na cidade e no campo, e de insurreição armada, levando ao desmoronamento das instituições democráticas da justiça, da liberdade, da paz social e dos valores máximos de nossa cultura cristã” (CAMBESES, 2004: 26).

Após esse claro recado, e de sua resposta – quando o III exército, sediado no Sul, ameaçou, através do governador gaúcho Leonel Brizola, resistir para garantir a posse de Jango- o Parlamento criou uma solução de consenso, criando o parlamentarismo, e tirando poderes de Jango, que assumiu, mas teve como primeiro-ministro Tancredo Neves. Porém, em 1963, através de um plebiscito Jango se torna presidente da República sob o presidencialismo, e propõe as suas Reformas de Base, dentre elas a Reforma Agrária, um ultraje para os latifundiários, ainda muito poderosos no Brasil.

Entre as críticas que Cambeses fará ao governo Jango estão a de ser bom para os marxistas, ser incompetente e Ter um governo corrupto. Formou-se então, segundo o mesmo autor, uma reação conservadora ao governo Jango, que tinha como elo o anticomunismo. Nesse ponto Cambeses irá justificar a tomada de poder dos militares, ao dizer: “em 31 de Março de 1964, as forças do Exército começaram a mover-se para afastar Jango e os comunistas do comando do país”. Cita a revista Times, que saudou o 31 de Março como a salvação que o Brasil tinha feito a si mesmo, de um governo revolucionário de esquerda. “O populismo sindicalista de Goulart provocava, na grande maioria da oficialidade, repulsa e indignação [...] Confuso, impotente”. (CAMBESES, 2004: 9).

Percebe-se duas críticas que Cambeses faz a Jango: em um momento chama-o de fraco e conciliador, e em outro de agitador, aliado dos comunistas para lançar o país numa guerra revolucionária. Essa opinião estará presente em todo o artigo.

Cambeses ainda firma que haviam objetivos anarco-sindicalistas por trás das Reformas de Base, e a baderna se alastrava por todo o país, com a conivência do Itamarati. Mas foi então que as Forças Armadas, atendendo a um apelo patriótico de manter a ordem e a democracia no país interviriam para derrubar o presidente gaúcho. Os tenentes de 1920 agora eram Generais, e implementariam seu poder, para salvar o país dos subversivos, da mesma forma que haviam apoiado a Revolução de 1930, para tirar as oligarquias do poder.

Segundo o autor, Jango, desde que fora vice-presidente de Juscelino, cedera espaço aos comunistas para assumirem postos-chaves no governo. E Lacerda, visto como um opositor democrático a tudo isso, não conseguiu muito coisa, apesar de suas denúncias de corrupção contra JK na construção de Brasília.

Um dos aspectos mais enfatizados, dentre as causas para a tese da necessidade da “Revolução” de 1964, é a de que a esquerda sindical, apoiada por Jango, começou a insuflar nos militares subalternos (soldados, cabos e sargentos) um caráter de classe, estimulando-os a exercerem seu papel político. Isso foi encarado por parte da oficialidade como quebra de hierarquia. Com o presidencialismo voltando, em 6 de Janeiro de 1963, essas tensões iriam se intensificar.

O primeiro sintoma de uma suposta estratégia para que a esquerda chegasse ao poder no Brasil foi a quebra de hierarquia. Em 1963, os sargentos, que queriam poder se candidatar na política, mas não puderam, se rebelaram em Brasília. Pouco tempo depois, foram presos e controlados. Mas o susto na ala conservadora militar já fora dado. Cambeses fala do plano de Jango instituir uma “República Sindicalista” onde ele teria poderes ampliados, e os sargentos teriam vez e voz, quebrando, segundo esse raciocínio, a hierarquia militar. Coisa inaceitável para muitos oficiais generais. Era necessário coibir os sindicatos vermelhos que queriam tomar o poder, e para isso era necessário derrubar Jango, que apoiava essa quebra de hierarquia, em comícios como o da Central do Brasil, em 13 de Março de 1963.

O principal, na ótica dos que defendem que 1964 foi uma Revolução, era desmantelar a estrutura comuno-sindical, antes que ela transformasse o Brasil numa

espécie de “soviete tupiniquim”. E para isso os militares teriam derrubado Jango, através de uma Revolução redentora, em 31 de Março de 1964, que teria garantido a ordem e a democracia na Terra de Santa Cruz.

Uma Segunda interpretação sobre as origens de 1964 é a de Jacob Gorender, que analisa que o fato foi um Golpe de Estado. Para Gorender, autor do *livro Combate nas Trevas- A Esquerda Brasileira : das Ilusões Perdidas à Luta Armada*, o período de 1960 à 1964 foi onde as lutas dos trabalhadores chegaram ao auge, o mais avançado do ponto de vista das conquistas dos trabalhadores. Por isso mesmo, um golpe direitista se definiu. E o pior, segundo Gorender: praticamente sem reação por parte das lideranças patrióticas e de esquerda, que ficaram esperando uma ordem de reação ao golpe, por Jango. Mas esse, segundo Gorender, preferiu ficar preso à legalidade burguesa, e com medo de perder poder para as esquerdas que o apoiavam, não reagiu. Era o início da ditadura militar, e o fim do populismo brasileiro, que sofria sua quarta queda, com o 31 de Março.

Ao analisar as causas do 31 de Março, Gorender vai tentar compreender a situação política, econômica e os aspectos sociais que levaram o país à 1964. Ele começa definindo o populismo, no Brasil, como a política que esteve à frente do Estado Brasileiro, e que era uma associação íntima (aliança) entre trabalhismo e projeto de industrialização. O populismo, dentro desses termos de Gorender, fora inaugurado com Getúlio Vargas. Contudo, segundo o autor, o populismo ensejou as condições de seu próprio fim, pois, ao industrializar o país, criou uma classe trabalhadora que se conscientizou (até porque o populismo atendia muitas reivindicações trabalhistas), fazendo exigências de reformas econômicas e políticas que melhorassem sua situação. Isso criaria uma contradição entre a burguesia industrial e as lideranças populistas, gerando o fim desse pacto. De certa forma, foi isso que ocorreu em 1964.

Mas, antes de 1964, o populismo já sofrera 3 quedas. A primeira, com o fracasso do Queremismo, levando Vargas a ser deposto, em 1945. A segunda, com o suicídio de Vargas, e o fim de seu governo nacional- reformista, em 1954. A terceira, com a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República. Tudo isso eram sintomas de uma contradição cada vez mais crescente entre as forças da burguesia industrial- ligadas ou não ao capital estrangeiros- e presentes na UDN, e o populismo, cujo partido que sintetizou essa proposta

foi o PTB, e que contou com o apoio, em muitos momentos do PCB, PSB e outras forças mais à esquerda.

Sempre ligando a crise do governo Jango à questão do populismo, Gorender segue analisando a conjuntura histórica do Brasil, naquele momento, visando compreender melhor as causas para 1964. Por ocasião da renúncia de Jango e da luta pela sua posse, defendida pelo III Exército (no Sul) e liderada pelo governador gaúcho Leonel Brizola, o autor mostra que a medida de conciliação- para evitar o perigo real de uma guerra civil entre as forças pró e anti- Jango- do parlamentarismo não vai resolver a questão. “A classe dominante precisava de um Executivo forte e a emenda parlamentarista deu lugar a um Executivo enfraquecido”. (GORENDER, 1987: 19).

Gorender, que foi do Comitê Central do PCB e fundador do PCBR, afirma que o Partido Comunista nunca foi tão forte como naquele período da chamada Era Populista (1946- 1964). Mas, no começo dos anos 1960 esse Partido estava mais forte ainda, pois tinha uma militância mais preparada, com bons quadros, e estava realmente infiltrado nos meios sindical e camponês. Além disso, com a ascensão de Jango, o PCB terá acesso direto ao presidente, coisa que não ocorria na época de Vargas e de nenhum dos antecessores de Jango na presidência da República.

O PCB, que havia errado ao caracterizar o governo de vargas (1951- 54) de governo de “traição nacional”, conclamando sua derrubada, e fazendo coro com a UDN, mudou sua linha estratégica na política. Com a Declaração de Março de 1958, o Partido definira que a revolução brasileira se daria por etapas (etapismo), sendo a primeira etapa a da revolução nacional e democrática. E a Segunda, a socialista. Como o Brasil era considerado semi-feudal, e precisava de uma modernização e industrialização, o PCB defendia uma linha de revolução antiimperialista e pacífica (pela via parlamentar), para consolidar um governo soberano e industrializado. Nesse contexto, o PCB apoiaria Jango e suas Reformas de Base. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil possibilitaria as chances para a revolução nacional e democrática. Era o caminho pacífico da revolução, definido em 1958.

O General Lott, ministro da Guerra, era visto como o principal expoente da corrente nacionalista, a ser apoiado pelo PCB. E ele foi o candidato apoiado pelos comunistas, nas eleições presidenciais de 1960. O Partido lutaria por reformas de estrutura, no Brasil, e isso seria um casamento perfeito com a defesa das Reformas de Base de Jango. Para tudo isso



ser implementado, era necessária uma aliança com a burguesia nacional. Essa linha foi confirmada no V Congresso do Partido Comunista, em 1960, realizado no centro do Rio de Janeiro.

Mas, haviam também outras correntes de esquerda, que pesaram no difícil jogo político nacional do início da década de 1960. Uma delas era uma dissidência do PCB que se formaria por não apoiar a linha da Declaração de Março e do V Congresso. Um grupo de 100 comunistas presos aos ditames da Era Stalin e que ainda defendiam a luta armada e o fim da conciliação para que os trabalhadores chegassem ao poder. Liderados por João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, entre outros, formariam o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1962. Se diziam herdeiros do Partido fundado em 1922, e que era reorganizado 40 anos depois. E chamavam ao PC Brasileiro de revisionista, e de Ter perdido a perspectiva revolucionária.

Para o PCdoB, que se considerava o verdadeiro e único Partido Comunista no Brasil, o governo Jango tinha traços oportunistas e vacilantes, e portanto o proletariado deveria se organizar para fazer a Revolução (que significava inclusive derrubar Jango). Apesar disso, tinha a concepção etapista de revolução, e se alinhou à China de Mao Tsé Tung. Além do PCdoB haviam grupos como o Política Operária (POLOP), de influência em Trotsky e Rosa Luxemburgo, pregava uma revolução armada no presente, para instaurar o socialismo no Brasil. Era adversário da concepção etapista, e não via em Jango um líder para a causa socialista. Muitos membros do POLOP eram ex- integrantes do PCB, decepcionados com a linha de Stalin, após a denúncia de Krushev acerca de seus crimes (1956).

Em Pernambuco surgiram as Ligas Camponesas, em 1955. Lideradas pelo advogado Francisco Julião, queriam melhorias para os camponeses, especialmente com Reforma Agrária. A princípio, lutaram por ela dentro da lei. A partir de 1961, quando Julião fez uma visita a Cuba e se tornou castrista, a Liga defenderá uma Reforma agrária radical, com o grito de guerra: reforma agrária na lei ou na marra”. Julião se tornaria Deputado Federal, por Pernambuco, em 1962. Não faziam oposição sistemática a Jango, mas reiteravam seus pedidos para que ele rompesse com os acordos com a direita, e radicalizasse o governo.

Havia também a Ação Popular (AP), uma dissidência da Juventude Universitária Católica (JUC), que tinha um viés não alinhado com o clero, e mais de esquerda. A AP foi

criada em 1962, e em 63 se definiu por um socialismo “humanista”, baseado em teólogos católicos progressistas, como Teilhard de Chardin e Maritain. Embora surgida no ambiente universitário, a AP era composta pela esquerda católica, e contava com profissionais como professores, jornalistas, artistas e outros, em suas fileiras. Ela vai chegar ao comando da UNE no início dos anos 60. Apoiará enfaticamente as Reformas de Base de Jango, clamando por um socialismo humanista no presente momento, para o Brasil.

Jango, ao contrário de Getúlio, era aberto ao contato direto com todas essas forças de esquerda, mas oscilou entre a conciliação com os setores mais conservadores do país, e teve que administrar a relação com as diferentes forças progressistas, oiq eu realmente não era fácil.

A primeira luta de Jango, após assumir, foi ser presidente sob o regime presidencialista. O plebiscito para decidir se o Brasil seria presidencialista ou parlamentarista estava marcado para 1965. Mas Jango contou com o apoio de muitos setores da sociedade, e inclusive de futuros presidentes, como JK e Ademar de Barros, que almejavam ser presidentes sob o presidencialismo. Conseguiu-se antecipar o plebiscito para Janeiro de 1963, e no dia 6, o presidencialismo venceu. Jango assumia com plenos poderes a presidência da República. A esquerda queria mais poder, e a direita queria barrar qualquer tentativa socializante no país.

O fato é que desde 1961 o país vivia um clima de instabilidade social, com greves patrocinadas pela CGT (controlada pelo PCB) e aumento da inflação. Em Washington, Jango não teria forças para aguentar a pressão dos comunistas, sem sucumbir a eles, ao contrário de Getúlio e Jango, por exemplo. Em 1962, Goulart conversou com o presidente norte- americano John Kennedy e se comprometeu a pagar a dívida externa do Brasil ao FMI, acalmando os ânimos. Jango ainda terá medidas que irritaria os conservadores: criaria o 13º salário, e criaria a Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA). Gorender assinala que nunca a Reforma Agrária fora posta em pauta como o foi na época de Jango. E isso acirrará a crise do populismo e da burguesia industrial, temerosa de perder seus benefícios, em relação aos crescentes direitos trabalhistas. Agora Jango era presidente sob o regime presidencialista, e poderia implementar mais projetos, na prática.

No começo de seu governo presidencialista, no início de 1963, Jango seria criticado tanto pelo PCB quanto por Brizola e sua Frente Parlamentar Nacionalista, devido às suas

posições conciliadoras, com os setores conservadores do país. Mas, quando Jango lançou suas Reformas de Base, esses setores deixaram as críticas de lado, e apoiaram o presidente, junto com outras organizações, como as Ligas Camponesas. Aliás, Julião havia lançado em Ouro Preto (MG) o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), pregando uma reforma agrária na lei ou na marra. Esse radicalismo de Julião fez com que os pequenos e médios proprietários se assustassem, temendo perder sua propriedade de terra, e fizessem aliança com os conservadores, se voltando contra Jango, que permitia movimentos radicais como o MRT. Os fazendeiros começaram a se armar no campo, para não permitir que camponeses tomassem suas terras. Era a luta no campo estourando, mais um dilema para Jango. O governo Jango, através do ministro do Trabalho Almino Affonso, fez uma sindicalização rural dos trabalhadores do campo, e criou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Brizola, agora Deputado Federal pela Guanabara, apoiava as Reformas de Base de Jango, junto com seus Grupos dos Onze, através de discursos ferozes.

Outro foco de tensão que estourou foi o dos militares subalternos. Desde a Revolta da Chibata (1910) não havia tido mais nenhum movimento reivindicatório de militares subalternos, no Brasil. Mas, em 1961, alguns sargentos desacataram ordens de oficiais, colocando-se favoráveis à posse do presidente João Goulart. A partir de então, muitos subalternos começaram a apoiar o movimento nacionalista de Brizola e lutar por melhores condições e direitos de elegibilidade, o que era visto com afronta à hierarquia, por seus superiores. A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais foi criada em 1962, sem reconhecimento do Ministério da Marinha, e sem se submeter a ele, para reivindicar melhorias para a categoria. A maioria desses militantes era ligada ao brizolismo, e uma minoria ao comunismo (PCB).

Afora tudo isso, havia um clima de golpismo no ar, tanto da direita quanto da esquerda mais radical. Grupos como o PCdoB e o POLOP pregavam a derrubada do governo conciliador de Jango. Ao mesmo tempo, setores ligados à UDN e grupos como IBAD e IPES tramavam um golpe de Estado contra Jango, mas seus argumentos eram de direita. Ironicamente, a esquerda golpista e a direita golpista tinham o mesmo plano: derrubar Jango.

Dentro dos grupos que apoiavam Jango, o consenso eram as Reformas de Base. Mas, a cláusula mais polêmica delas, era a da Reforma Agrária. Contra a Reforma Agrária se juntavam quase toda a bancada do PSD e da UDN. Por outro lado, a idéia das Reformas de Base “correspondia a aspirações das massas trabalhadoras, de vastos setores das camadas médias e do setor nacionalista da burguesia” (GORENDER, 1987: 51). A alternativa que as forças conservadoras colocavam, frente às Reformas de Base, era a de uma modernização conservadora. Nesse sentido caminharão os golpistas, inclusive durante o regime militar.

Gorender critica as teses que dizem que o Golpe era inevitável, ou que foi milimetricamente orquestrado. “A conspiração golpista partiu de vários focos desconexos, assim que Jango tomou posse” (GORENDER, 1987: 52). Sobre o papel dos Estados Unidos, ele é enfático para esclarecer: “o golpe não veio de Washington, veio mesmo do Brasil. Mas o imperialismo americano incentivou e ajudou de muitas maneiras” (GORENDER, 1987: 52). Uma das maneiras que Gorender cita é a operação Brother Sam, mas que não precisou ser ativada, pois não houve luta para defender Jango.

Uma das causas de ter ocorrido o 31 de Março foi que os comunistas se iludiam quanto ao “caráter democrático das Forças Armadas” como disse Prestes. Achavam que as Forças Armadas nunca seriam favoráveis a um golpe anti- democrático, por haver muitos oficiais no PCB. Mas Gorender diz que essa visão era ilusória e omitia episódios como o Estado Novo, apoiado por muitos ex- integrantes do movimentos tenentistas, e que as Forças Armadas eram o órgão coercitivo e hierárquico do Estado burguês. Como diz o próprio Gorender: “a defesa do Estado burguês implica a integridade da organização militar, ao passo que sua autopreservação é imprescindível à defesa do Estado burguês”.

Na realidade, Gorender ainda lembra que: “durante o governo Goulart, o antipopulismo e o anticomunismo motivaram o processo de unificação da grande maioria da oficialidade das Forças Armadas contra a minoria de oficiais comprometidos com a frente nacionalista e democrática”. E isso acrescido ao episódio da revolta dos marinheiros e sargentos, coisa que assustava os oficiais militares do Brasil.

Frente a todo esse clima de golpes, Jango costumava dizer: “nem extremismos de esquerda, nem de direita”. Jango, aliás, tinha diferentes discursos, para cada público. Certa vez, em Marília, disse que ele era um representante do anticomunismo mais credenciado

que seu opositor de direita, Carlos Lacerda. Já para um grupo de estudantes do Largo de São Francisco, “deixou de lado o anticomunismo e aludiu (...) às reformas de base” (GORENDER, 1987: 56).

Começou- se a falar abertamente de golpes. Lacerda, numa entrevista ao Los Angeles Times, defendeu a intervenção das Forças Armadas para tutelar ou depor Jango. Foi nesse momento, segundo Gorender, em que Jango se viu sem crédito junto aos conservadores, na Segunda metade de 1963, que ele radicalizou seu discurso de esquerda. “Voltou- se então para o ouro lado e se definiu por um rumo favorável às reformas de base, na expectativa de desencadear grande movimento de massas que lhe garantisse um segundo mandato presidencial” (GORENDER, 1987: 58). Começou a costurar acordos com o PCB e o grupo de Brizola, para conseguir passar seu projeto de Reforma de Base no Congresso.

Mas, a idéia de uma reeleição de Jango, algo não previsto na Constituição, era vista como golpismo, por muitos. Para piorar as coisas, Prestes declarou que apoiava uma emenda constitucional, que garantisse para Jango a reeleição. Isso forçaria uma reação conservadora. Sobral Pinto denunciou o início da bolchevização do Brasil, em Janeiro de 1964. Começou a haver um fenômeno de impedir que pessoas da ala conservadora ou progressistas falarem, através de militantes do outro lado, em todo o Brasil. Em 25 de Fevereiro, Brizola foi impedido de falar na Secretaria de Saúde de Minas, e houve choques entre comunistas e a direita golpista, que impediu que ele falasse.

Os dois momentos derradeiros, que equivaleram à gota d’água para o golpe militar foram os dois últimos grandes comícios de Jango. O primeiro, na Central do Brasil, em 13 de Março de 1963. Uma Sexta- feira 13. Brizola reclamou uma reforma na Constituição e defendeu que, se fosse necessário, deveria- se fechar o Congresso. Jango, falou da aprovação de uma lei que desapropriaria terras em propriedades rurais superiores a quinhentos hectares. A resposta a isso foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no dia 19 de Março. Ela era uma resposta dos setores conservadores à radicalização de Jango e Brizola. Contou com no mínimo 100 mil pessoas. Por outro lado, o próprio Prestes, num discurso em 17 de Março, disse que o líder incontestado do Brasil, apoiado pelos comunistas, era Jango. Muitos interpretaram que isso era um apoio do líder comunista a um golpe encabeçado por Jango, que seria apoiado por Brizola, também.

O derradeiro comício de Jango foi o de 30 de Março, no Automóvel Clube, do Rio de Janeiro. Jango proferiu um discurso ameaçador, para uma platéia de subalternos da Polícia Militar, especialmente sargentos. Naquela mesma madrugada, o General Mourão Filho, em reação ao apoio do presidente ao que ele considerava subversão e quebra de hierarquia, pôs as tropas na rua, e começou o golpe militar. Jango seria deposto. Assim Gorender comenta a reação de Jango, que foi não reagir ao golpe:

“Jango não quis a luta, receoso de que a direção política lhe escapasse e se transferisse às correntes de esquerda. Colocou a ordem burguesa acima de sua condição política pessoal. Assim se deu a Quarta e última queda da liderança populista” (GORENDER, 1987: 66).

Então, entre as causas do golpe, para Gorender, estavam “a hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefias personalistas, as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboquistas e as incontinências históricas- tudo isto em conjunto explica o fracasso da esquerda. Houve a possibilidade de vencer, mas foi perdida” (GORENDER, 1987: 67).

A terceira interpretação sobre 1964 é a de Élio Gaspari, que defende, em seu livro *As Ilusões Armadas - A Ditadura Envergonhada* a tese de que o 31 de Março foi um contra-golpe. Acentua aspectos já ditos por Gorender, para praticamente afirmar que Jango teria feito um Golpe de Estado, se os militares não o tivessem deposto, antes. Gaspari dedicou os 2 primeiros capítulos de seu livro *A Ditadura Envergonhada*, para falar na deposição de Jango. E já no primeiro, ele esboça de forma clara as causas de 1964, ligadas ao contra- golpe dos militares, em relação ao golpe janguista.

Para Gaspari, Jango era “um dos mais despreparados e primitivos governantes da história nacional. Seus prazeres estavam na trama política e em pernas, de cavalos ou de coristas” (GASPARI, 2002: 46). Era fazendeiro no Sul. Lembra que ele era o vice de Jânio não por serem da mesma chapa, pois naquela época havia eleição para presidente e vice.

Após a conquista do presidencialismo, em Janeiro de 1963, Jango “tentara um golpe em outubro, solicitando ao Congresso a decretação do estado de sítio, e vira-se abandonado pela esquerda, que repeliu a manobra” (GASPARI, 2002: 47). Portanto, já no início de seu livro, classifica Jango de despreparado e golpista. Isso é o início, para esboçar a sua tese, de

que 1964 foi um contra- golpe. Jango queria, segundo o autor, depôr alguns governadores, e até seqüestrar Carlos Lacerda, seu arqui-rival político.

Em 13 de Março de 1963, Jango defendeu a implementação das Reformas de Base no Brasil, a partir de seu discurso na Central do Brasil. Havia assinado dois decretos: um de desapropriação de terras para a Reforma Agrária e o outro para assegurar o monopólio da Petrobrás. O líder do governo no Senado teria dito: “se o Congresso Nacional não aprovar as reformas, perderá a sua identidade com o povo”. Para Gaspari isso caracterizava que a administração janguista “era um governo em crise, com a bandeira das reformas hasteada no mastro da intimidação”. Some-se a isso o aumento da inflação, e o estouro de muitas greves, que o governo não coíbia, como queriam os setores conservadores. Quando Jango fora ao comício dos sargentos, estava no auge de uma crise, o seu governo.

Segundo o autor, Jango, entrando em disputas com o congresso, “dava a impressão de que pretendia atropelar a sucessão- presidencial- como fizera Getúlio Vargas em 1937. Seus adeptos mais apaixonados chegavam a falar em “Constituinte com Jango” e a defender uma reforma política que lhe permitisse disputar a reeleição, vedada pela Carta de 1946” (GASPARI, 2002: 49). Para acirrar as impressões de que Jango tramava um golpe, Gaspari cita uma entrevista de Prestes à TV Tupi, em Janeiro de 1946, onde o líder comunista defende a reforma da Constituição para que Jango pudesse disputar a reeleição. Além disso, o secretário do PCB disse Ainda:

“poderíamos concordar com a dissolução do Congresso se houvesse um governo que desse as necessárias garantias democráticas a todas as forças patrióticas e democráticas e assegurasse eleições livres para uma nova Assembléia Constituinte. [...] Uma Assembléia muito mais avançada que esse Congresso, que não reflete a opinião pública do nosso país” (GASPARI, 2002: 49).

Então a tese é a de que Jango queria dar um golpe para poder ser reeleito e aumentar seus poderes, à revelia do Congresso e da Constituição vigente, e apoiado pelo PCB.

O fato de Jango ter ido discursar no Automóvel Clube “indicava que o governo esporeava a crise, aceitando o seu agravamento como parte de uma ofensiva ampla e radical” (GASPARI: 2002: 50). Uma multidão de sargentos e militares subalternos,

especialmente da Polícia Militar, ávidos por reformas que os dessem mais direitos, mesmo no meio da maior crise de seu governo.

Portanto, havia 2 golpes em marcha, segundo o autor: um de Jango, baseado em seu dispositivo militar- oficiais ligados ao PCB e sargentos ligados ao movimento nacionalista, ou vice-versa, com bases sindicais, para implementar as Reformas de Base de qualquer forma, garantindo para isso, a continuidade de Jango no poder, mediante um golpe. E, o outro grupo, era o dos militares conservadores e anticomunistas que, atendendo ao clamor de segmentos da sociedade, como o alto clero, os empresários e a hierarquia das Forças Armadas, que iria dar um golpe antes de sofrer outro. É a tese de que 1964 foi um contra-golpe orquestrado contra o golpismo de Jango e seus aliados. Como dizia Leonel Brizola: “se não dermos o golpe, eles o darão contra nós”. E o governador Miguel Arraes, de Pernambuco, que disse, ao pegar um avião de volta para Recife, no Rio de Janeiro: “volto certo de que um golpe virá. De lá ou de cá, ainda não sei”.

E Gaspari complementa a explicação sobre os golpes em andamento: “se o golpe de Jango se destinava a mantê-lo no poder, o outro destinava-se a pô-lo para fora. A árvore do regime estava caindo, tratava-se de pô-lo para a direita ou para a esquerda” (GASPARI, 2002: 52). Para confirmar a sua tese de que Jango planejava um golpe, cita que havia uma base militar no PCB, composto por oficiais das três Forças Armadas, ligados ao PCB, e preparados para entrar em ação, quando necessário. Como prestes apoiava a permanência de Jango, e até sua reeleição, poderiam ser mobilizados a qualquer momento. A Pátria vivia um momento de tensão, com a expectativa de um iminente golpe, que veio. E derrubou João Goulart.

A revolta dos marinheiros teria sido a gota d’água contra o governo de Jango, por ter sido quebrada a hierarquia militar. Segundo Hélio Silva, citado por Gaspari, Jango já intentava demitir Castelo Branco, por saber de seus contatos com os golpistas conservadores.

Mas antes disso, na madrugada após o comício de 30 de Março, Mourão Filho colocou as tropas de Minas em marcha para o Rio. O fim do governo Jango era uma questão de horas.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que para Cambeses o levante militar de 1964 ocorreu em virtude das relações de Jango com os comunistas. Assim a intervenção

revolucionária dos militares foi a única alternativa para frear os avanços comunistas. Para Gorender, a chegada dos militares ao poder foi planejada. Os passos para a deposição de Jango foram sendo dados à medida que o governo desse concordava com reclames e propostas de esquerda. E isso teria se dado de forma articulada. Já na interpretação de Gaspari, Jango pretendia dar um Golpe de Estado e o que ocorreu foi uma intervenção antecipada dos militares para evitar que o presidente da República realizasse sua meta.

Capítulo 2:

As estratégias para a tomada do poder

Cambeses, Gorender e Gaspari percebem de formas distintas as estratégias usadas pelos militares para chegarem ao poder.

Cambeses, em sua interpretação, deixa evidente que o momento histórico anterior a 31 de março indicava um grande perigo, pois se nada tivesse sido feito o Brasil poderia ter se tornada uma “República Sindicalista”. Para o autor caso Jango permanecesse no poder, sobretudo com os super-poderes que desejava, sem respeitar a Constituição, o Brasil deixaria de ser livre. Para o Coronel Cambeses, coerentemente com os princípios da ESG, os militares proclamaram a Revolução em parceria com todos os setores que estavam descontentes ou temerosos com os rumos que o governo Jango, e sua radicalização à esquerda, estava tomando.

Sintetizando seu olhar sobre a situação, sentencia Cambeses:

“Aqueles horas incertas (...) testemunharam o quanto de visão patriótica houve na decisão dos militares brasileiros que, em 31 de Março de 1964, se empenharam na contra – revolução, antecipando- se para evitar a guerra que ameaçava os brasileiros: a guerra revolucionária” (CAMBESES, 2004: 27).

Mas, com que grupos e setores os militares que fizeram o 31 de Março se aliaram? A primeira resposta de Cambeses é que os militares que queriam derrubar Jango se aliariam aos adversários de seu regime. Portanto, para o autor os adversários de Jango seriam os aliados que, segundo Cambeses, clamaram para que as Forças Armadas intervissem para derrubar o petebista. No plano político, os articuladores da deposição de Goulart estariam principalmente nos quadros da União Democrática Nacional (UDN), um partido que nascera com a redemocratização de 1945, justamente para combater a ditadura de Vargas. Seu líder era o jornalista Carlos Lacerda, dono do jornal Tribuna da Imprensa, e arquiteto, nos anos 1950, de inúmeras tentativas de golpe. O mesmo que, ao ser alvo de um atentado,

levara Vargas ao suicídio, em Agosto de 1954. O homem que fora o cabo eleitoral de Jânio, e seu algoz, uma vez este empossado.

Lacerda representava a direita brasileira, embora tivesse sido filho de um comunista – Maurício de Lacerda – e ele mesmo um ex- membro e líder da Juventude Comunista do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Representava um grupo de governadores que tramariam com os militares os meios para se derrubar João Goulart. Seu partido foi o mais coeso na oposição ao governo Goulart. E foi um aliado importantíssimo dos militares na trama que levaria ao 31 de Março.

Fora os aliados políticos da UDN, haviam mais grupos, que teriam clamado a intervenção dos militares para derrubar a “República Sindicalista” de Jango. O outro grupo era o da alta hierarquia da Igreja Católica, ou da ala conservadora do catolicismo brasileiro. Foi esse grupo, junto com empresários, que planejou a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, contra as promessas socialistas de Jango, no comício da Central do Brasil. Milhares de mulheres católicas, de terço nas mãos, saíram nas ruas, com as bênçãos dos prelados, clamando que “vermelho bom, só batom”, numa clara reprovação à política esquerdista (vermelha) de Jango. Esse grupo cooptou boa parte da classe média brasileira, que passou a clamar pelo fim do janguismo no poder.

Para Cambeses, o grupo representava setores da sociedade civil e cristã do Brasil, que queriam que o país fosse poupado dos horrores de uma espécie de “soviete tupiniquim”, a ser iniciado no governo Goulart. Entre os setores que Cambeses descreve alarmados com os desdobramentos da radicalização do governo federal, estavam “o empresariado industrial, uma classe média assustada, o clero, além de um não desprezível endosso da grande imprensa” (CAMBESES, 2004: 5). Esses setores teriam buscado uma atuação das Forças Armadas para por fim à subversão crescente no país. Como diz o autor: “expressiva mobilização civil conservadora ocorreu, simultaneamente, no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, pedindo a intervenção das Forças Armadas para a preservação das forças políticas, do regime constitucional e fazer cessar a anarquia e a corrupção. Depois, viria a bandeira anticomunista- porque esse perigo efetivamente existia” (CANBESES, 2004: 7).

Para Cambeses, um grande número de oficiais das Forças Armadas tinham certa repulsa e indignação pelo “populismo sindicalista de Goulart” (CAMBESES, 2004: 9). Ele



afirma que não eram só os outros setores da sociedade civil que estavam temerosos com Jango e suas medidas socializantes, mas também muitos oficiais militares, que viam a hierarquia ser quebrada e nada ser feito como punição, como foi o caso da rebelião dos marinheiros. Era o que Cambeses chamou de “institucionalização da baderna”, que ocorrera nos mais de dois anos do governo Goulart.

Na visão estratégica dos militares, especialmente os ligados à ESG, estava aquilo que o General Pery Bevilacqua escrevera a Jango, como um Ultimato: “o sistema comunitário-sindical-grevista, na medida em que se fortalece e amplia, torna-se cada vez mais perigoso para o país” (CAMBESES, 2004: 18). Portanto, evitar esse perigo era se aliar com civis para derrubar Jango. Na esfera política, os principais aliados eram os políticos de oposição (à direita) ao governo Jango, especialmente aglutinados na UDN, e uns menos no PSD. Outros aliados seriam o alto clero, que mobilizou a sociedade civil católica e anti-comunista contra o “subversivo” governo Jango. E a sociedade civil e o clero se juntaram nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, a partir de Março, levando consigo boa parte da classe média para a causa anti-Jango.

Diferentemente de Cambeses, Jacob Goerender, sempre reafirma que as esquerdas não estavam coesas em torno de Jango. Basta lembrar que, segundo o autor, o PCdoB e o POLOP, ambos partidos de esquerda, clamavam a derrubada do governo Jango, e a conquista armada do Palácio do Planalto. A ironia é que, segundo Goerender, faziam coro com os grupos mais conservadores do país, ao clamar a derrubada de Jango. Portanto, antes de qualquer coisa, o autor de *Combate nas Trevas*, lembra que havia uma desunião nas esquerdas e forças progressistas, o que teria possibilitado a queda de Goulart e a ascensão do regime ditatorial militar no poder.

Goerender vai lembrar grupos e pessoas que ele ligará com a ideia de “golpismo de direita”. Esses teriam um papel crucial na articulação e prática do golpe. Entre esses estariam o embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon e o líder udenista Carlos Lacerda. Havia também grupos que atuavam na formação política e de opinião, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que segundo René Dreifuss, formavam “um complexo político-militar (...) cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart” (DREIFUSS, 1981: 161). Goerender entende que das articulações entre esses grupos e os militares

descontentes, especialmente os da Escola Superior de Guerra, saiu a articulação para um golpe anti- Goulart.

Mesmo assim, ele salienta que em princípio, cada grupo desses era uma espécie de foco de golpe independente do outro. Mas, foi havendo a aproximação. A grande aproximação será entre os políticos descontentes (especialmente alguns governadores de estado) e os militares golpistas. E essa aproximação receberá um referendo formal, através das Marchas da Família com Deus pela liberdade, que terão a participação da sociedade civil (claramente as classes média e alta) e a benção de bispos e padres, lá presentes. Essa seria, portanto, a trama central.

Com as Reformas de Base veio a questão mais polêmica, segundo Gorender: a da Reforma Agrária. Contra ela, “a coesão oposicionista das bancadas do PSD e da UDN chegava a 90% e formava sólida maioria” (GORENDER, 1987: 51). A partir daí, segundo o autor “o núcleo burguês industrializante e os setores vinculados ao capital estrangeiro perceberam os riscos dessas virtualidades das reformas de base e formularam a alternativa da “modernização conservadora””. Portanto, a burguesia industrial e os empresários vinculados ao capital exterior, temerosos da radicalização das Reformas de Base, defenderam uma alternativa a ela, que seria uma “modernização conservadora” do país. E essa opção se ajustou e se aliou à conspiração golpista. Mas Gorender afirma que não houve uma coordenação em grau elevadíssimo para o golpe, mas sim que “a conspiração golpista partiu de vários focos desconexos, assim que Jango tomou posse, Isto ainda não fazia do golpe algo inevitável” (GORENDER, 1987: 52).

Dentro dessa trama para o golpe, “a Escola Superior de Guerra e o IPES tiveram papel primordial”. Gorender as chama de “agências articuladoras do golpe” (GORENDER, 1987: 52).

Sobre o papel do governo de Washington, Gorender é enfático, ao afirmar: “o golpe não veio de Washington. Veio do Brasil mesmo. Mas o imperialismo norte- americano incentivou e ajudou de muitas maneiras”, especialmente através do embaixador americano Lincoln Gordon.

Quanto às Forças Armadas, Gorender lembra que o PCB tinha uma excessiva confiança no caráter democrático das mesmas. Prestes defendia isso, e citava a sua própria pessoa, para confirmar a tese, pois era uma capitão que virara líder comunista. Mas

Gorender destaca que essa tese esquece o caráter instrumental das Forças Armadas, que são o principal órgão coercitivo do Estado burguês. Além disso, há o caráter organizacional, em que as mesmas tem estruturas baseadas na hierarquia e disciplina, e isso é visto como uma espinha central da organização militar. E, por último, Gorender lembra que o caráter de classe também existe, nas Forças Armadas: os seus oficiais são da classe média, o que determina muitas de suas intervenções.

O antigo líder do PCBR sintetiza seu raciocínio sobre as Forças Armadas, afirmando que “a defesa do Estado burguês implica a integridade da organização militar, ao passo que sua autopreservação é imprescindível à defesa do Estado burguês” (GORENDER, 1987: 52). Gorender lamenta o fato de isso ter sido esquecido pela liderança do PCB, especialmente de Prestes, que confiaram que os militares nunca interviriam contra um governo nacional democrático. Mas elas o fizeram, e usando o argumento de que defendiam a democracia contra o governo sindicalista de Jango.

O que realmente aconteceu, segundo Gorender, nas Forças Armadas, foi que “durante o governo Goulart, o antipopulismo e o anticomunismo motivaram o processo de unificação da grande maioria da oficialidade das Forças Armadas contra a minoria de oficiais comprometidos com a frente nacionalista e democrática” (GORENDER, 1987: 52).

O governo da Guanabara, dirigido por Carlos Lacerda, foi o primeiro que criticava abertamente o janguismo no poder. Com o apoio de Jango às causas da Reforma Agrária e das revoltas dos sargentos e marinheiros, as críticas a Jango iriam ser cada vez maiores, e os grupos golpistas iriam se aliar, especialmente o dos políticos e dos militares descontentes, com a benção do alto clero e do setor médio da sociedade civil, através de marchas contra o “perigo vermelho”.

Após a rebelião dos sargentos, em que a maioria dos grupos que apoiavam o governo Jango- PCB, CGT e UNE, entre outros- se solidarizaram com as reivindicações de elegibilidade dos sargentos e defendendo a anistia aos rebeldes, Lacerda falou o que muitos pensavam. Em entrevista ao Los Angeles Times, no fim do mesmo mês da rebelião- setembro de 1963- Lacerda falou abertamente na necessidade de uma intervenção armada para depor ou submeter o Presidente da República. É nesse momento, segundo Gorender, que Jango teria começado a dar amplo apoio para as Reformas de Base, buscando os aliados da esquerda, uma vez que percebera que tinha perdido crédito junto aos setores

conservadores da política nacional. Então, a partir daí, ambos os setores se radicalizaram. E os opositores a Jango começaram a pensar realmente uma forma de derrubá-lo do poder.

No campo, temerosos com a Reforma Agrária, os agricultores começaram a se armar e treinar capangas, para reagir a qualquer tentativa de perder terras. E tinham o apoio de cerca de 90% da UDN e do PSD, que já faziam oposição ao Presidente, no Parlamento. O Deputado Bilac Pinto, presidente da UDN, começou, nessa mesma época, a denunciar sistematicamente, que os sindicatos de trabalhadores e das Ligas Camponesas estavam se armando, visando, segundo ele, a “comunização do país”.

Dentro desse contexto, quando Prestes defendeu o continuísmo de Jango, na TV Tupi de São Paulo, em 3 de janeiro de 1963, as forças conservadores tiveram combustível para as suas pretensões golpistas. É que o continuísmo de Jango só poderia ocorrer através de uma reforma constitucional, uma vez que não era permitida a reeleição presidencial. A partir disso, os núcleos golpistas começaram a organizar um golpe, para derrubar o governo populista, apoiado pelos comunistas, de Goulart.

Quando Lacerda foi impedido de discursar, por estudantes janguistas, para formandos de Jornalismo, na Faculdade Nacional de Filosofia, em 30 de Dezembro de 1963, o advogado Sobral Pinto mandava uma carta indignada ao comandante do I Exército, General Moraes Âncora, que foi publicada integralmente no jornal O Estado de São Paulo, no dia 1º de Janeiro. O jurista reclamava ao General, nessa carta, após o incidente com Lacerda, que “começou ontem, sob a proteção abusiva e violenta de tropas do Exército, sujeitas ao seu comando, a revolução bolchevique brasileira”. As reclamações eram contra o golpe às instituições democráticas com o apoio de militares “subversivos”, promovidas pelo governo Jango. E o recado era bem claro: isso tinha que ser contido!

A gota d’água foram os comícios da Central do Brasil (13 de Março) e do Automóvel Clube (30 de Março) em que o Presidente da República discursara defendendo as Reformas de Base e apoiando as reivindicações dos sargentos, tendo ao seu lado rebeldes como o “cabo” Anselmo, líder dos marinheiros revoltosos. No dia 31, de madrugada, começaria o golpe contra ele, que cassaria todos os líderes que apoiaram o governo Jango, a partir de Abril.

Uma outra interpretação para a chegada dos militares ao poder é a do jornalista Élio Gaspari. Segundo o jornalista, Tancredo Neves, Ministro da Justiça do governo Jango, ao

ver que o presidente fora ao comício para os sargentos, no salão do Automóvel Clube, teve um mau pressentimento. Ele teria dito: “Deus faça com que eu esteja enganado, mas creio ser este o passo do presidente que irá provocar o inevitável, a motivação final para a luta armada” (GASPARI, 2002: 46). Também para aqueles que derrubariam o governo Jango, aquilo seria a gota d’água: após uma revolta dos sargentos (setembro de 1963) e uma rebelião dos marinheiros (Março de 1964) o presidente comparecia a um comício favorável à elegibilidade dos sargentos (uma das bandeiras dos rebeldes de setembro), e onde estava o chefe da rebelião dos marujos: o “cabo” Anselmo. Era o apoio de Jango a uma subversão da hierarquia militar, que geraria o caos no Brasil. Por isso, os militares teriam dado o contra- golpe, na versão de Gaspari, em 31 de Março.

Gaspari se esforça para mostrar que o governo de Jango, após vacilar entre uma aliança com conservadores e progressistas, se decidira pela radicalização de esquerda. E era apoiado pelos comunistas, Ligas Camponesas e outros, para dar um golpe na Constituição, que garantisse a reeleição de Goulart e super- poderes para o mesmo. Daí a necessidade do contra- golpe, segundo Gaspari.

Em Janeiro de 1964, Prestes, o líder comunista, defendera na TV Tupi, durante uma entrevista, que Jango pudesse ser reeleito. E defendeu então: “Reformar a Constituição para permitir a reeleição”. Além disso, disse que: “Poderíamos concordar com a dissolução do Congresso se houvesse um governo que desse as necessárias democráticas (...) Para uma Assembléia Constituinte (...) Uma assembléia muito mais avançada que esse Congresso” (GASPARI: 2002: 49). Para os militares isso era um sinal de golpe, então começaram a tram um contra- golpe que evitasse a radicalização de esquerda.

O jornalista Carlos Castelo Branco advertira, em sua coluna do dia 29 de Março, que se algo não fosse feito, Jango daria um golpe para mudar o tipo de República existente no país. Para Gaspari: “a árvore do regime estava caindo, tratava- se de empurrá- la para a direita ou para a esquerda”(GASPARI, 2002: 52).

Entre os que tramavam o contra- golpe, haviam as alianças e estratégias. Dentro da cúpula militar, os dois lados estavam dispostos a duelar. Do lado de Jango estavam o seu Ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro, e o Chefe do Gabinete Militar: General Assis Brasil. Era de Assis Brasil a tese de que havia um “dispositivo militar” que garantiria a defesa do governo Jango contra qualquer tentativa de derruba- lo. Do outro lado, estava o

chefe do Estado Maior do Exército, o Marechal Castello Branco. Ele a favor de uma “reação legalista” contra o governo Jango, que queria, em sua opinião, golpear a Constituição, garantindo para si super- poderes, e transformando o país numa “República Sindicalista”.

Do lado dos militares anti-Jango, Castello foi um dos últimos a se definir por um levante armado. Era muito legalista, e só com os 2 comícios de Março, e com a ida do Ministro da Guerra, Jair Ribeiro, ao último, decidiu- se favoravelmente à intervenção militar. Era a única liderança claramente aceita pelos dois grupos de militares que fariam o 31 de Março: os moderados, ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), como ele mesmo, e os radicais, que queriam, ao contrário dos primeiros, ficar o tempo necessário no poder, para acabar com a subversão.

Segundo Gaspari, desde o princípio do governo Jango, o embaixador americano Lincoln Gordon estivera entre os que eram opositores à política janguista. Fora ele que garantiria um apoio naval se os militares tivessem que enfrentar uma guerra civil no Brasil, contra os leais ao governo Jango. Afirmava que sob Goulart, o Brasil caminhava para uma “ditadura pessoal e populista”.

Segundo o autor, numa reunião que tivera com o presidente dos Estados Unidos, em 30 de Julho de 1962, Lincoln Gordon dissera que Jango estaria entregando o país aos comunistas, e que talvez fosse necessário apoiar uma intervenção armada. A justificativa era o perigo vermelho que Jango representava, ao se aliar aos comunistas. O próprio Kennedy estava temeroso com o futuro da Terra de Santa Cruz, e dissera, naquela reunião: “Do jeito que o Brasil vai, daqui a três meses o Exército pode vir a ser a única coisa que nos resta” (GASPARI, 2002: 60). Era claro o apoio de Washington, daí por diante, a qualquer tentativa dos conservadores derrubarem Goulart do poder.

No dia 20 de Março de 1964, após o Comício na Central do Brasil, o presidente Lyndon Johnson (Kennedy já tinha sido assassinado, em Novembro de 1963, no Texas) autorizara a formação de uma força naval para intervir no Brasil, caso fosse necessário. Além disso, a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), o maior sistema de espionagem do primeiro mundo (grupo de países capitalistas desenvolvidos) queria fornecer combustível aos militares insurretos contra Jango, caso eles necessitassem.

No dia 30 de Março de 1964, a preocupação do secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, era que as armas e munições enviadas dos Estados Unidos aos revoltosos anti- Jango só poderiam chegar em 10 dias. Apesar disso, Mourão Filho iniciaria o levante na madrugada do dia 31 de Março, na auto-denominada Operação Popeye, que tinha a finalidade de derrubar João Goulart, tomando de assalto o Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro. Para Mourão, segundo Gaspari, o resto do governo cairia, na seqüência.

Na noite de 30 de Março, Jango mandava seu último recado à nação, no comício do Automóvel Clube, para sargentos da Polícia Militar, dizendo

“não admitirei o golpe dos reacionários. O golpe que nós desejamos é o golpe das reformas de base, tão necessárias ao nosso país. Não queremos o Congresso fechado. Ao contrário, queremos o Congresso aberto. Queremos apenas que os congressistas sejam sensíveis às mínimas reivindicações populares” (JANGO Apud GASPARI, 2002: 63).

O que ficava, para os militares, era que Jango ameaçava, ao dizer: “queremos o golpe das reformas de base” (JANGO Apud GASPARI, 2002: 63)., embora depois ele suavizasse o discurso, ao dizer que não fecharia o Congresso. Naquele exato momento, as tropas rebeldes de Minas se preparariam para sair às ruas, para acabar com o governo trabalhista.

Muitos políticos da oposição a Jango, como o Senador Aloysio de Carvalho, denunciavam que Jango queria assumir super- poderes, à revelia da constituição, dando um golpe na democracia brasileira.

Gaspari comenta que os dois lados, tanto os militares quanto Jango, teriam que “atropelar as instituições democráticas”, para se firmarem no poder. No caso de Jango ele precisaria fechar o Congresso e decretar intervenção em Minas, Guanabara e São Paulo, além de expurgar os oficiais rebeldes, e “amparar- se no “dispositivo legal”, na sargentada e na máquina sindical filo- comunista” (GASPARI, 2002: 83).

O autor não se prende à população, analisando os grupos que tomaram o poder em 1964. E deixa claro que entre os conspiradores do contra- golpe – como ele classifica o 31 de Março- estavam oficiais e políticos conservadores, que, abençoados pelo Alto Clero e a classe média temerosa de uma “sovietização” se aglutinara em marchas contra Jango. Disso tudo, teria surgido o contra- golpe de Março de 64.

Ainda no dia 31, o General Amauri Krueel, comandante do II Exército, tentou fazer com que Jango rompesse com a esquerda, para evitar sua saída do governo. Queria a demissão dos ministros Abelardo Jurema (da Justiça) e Darcy Ribeiro (da Casa civil). Mas Jango teria respondido que: “General, eu não abandono os meus amigos”. Aliás, Krueel talvez tenha sido o último dos Generais a aderir à rebelião. E isso ocorreu após o telefonema a Jango. Com Krueel e o General Justino Alves Bastos, do IV Exército – sediado no Recife- se voltando contra Jango, era desmantelado o “dispositivo legal”, do General Assis Brasil.

Segundo Gaspari, o a revolta dos marinheiros e o discurso de Jango no Automóvel Clube, haviam desestabilizado as Forças Armadas, que teriam sido abaladas tanto na hierarquia quanto na disciplina. Desde 1961, quando muitos sargentos se mobilizaram para permitir a posse de Jango, muitos quartéis viviam uma espécie de “duplo comando”, onde sargentos praticamente desconsideravam ordens de seus superiores hierárquicos.

Dentro desse quadro, surgiram os oficiais que apoiavam as Reformas de Base e a elegibilidade dos sargentos. Era o caso do General Osvino Ferreira Alves, classificado por Gaspari como “esquerdista”, e considerado o mais destacado dos “Generais do povo”.

Gaspari defendendo certo fatalismo, ao afirmar que após a revolta dos marujos e o discurso do Automóvel Clube (as gotas d’água para os não subversivos) haveria um levante no Brasil de qualquer maneira. Embora fale dos políticos e da sociedade civil que se mobilizavam contra o sindicalismo de Jango, enfatiza a participação dos militares como os principais autores do 31 de Março.

Também Gaspari afirma que a única unanimidade entre os Generais do contra-golpe era que Jango deveria ser retirado do poder, e que a ordem deveria ser restabelecida. A partir daí não havia um planejamento único, e haviam até divergências. Gaspari ainda dá a entender que o problema não seria Jango, mas seus aliados: comunistas, e sindicalistas. Afirma que houve várias tentativas para que o presidente rompesse com esses setores, no dia 31, mas ele não aceitou.

O próprio Deputado Federal San Tiago Dantas, aliado de Jango, chegara a temer que Brizola quisesse dar um golpe, na época do presidente Kenedy (1962- 63) e pensara em pedir ajuda americana- munição- nesse caso, segundo Gaspari. Com isso, o autor mostra não só que se planejava um golpe, mas que não era só Jango, mas aliados dele (como o

Brizola) que estariam tramando. Por isso, os militares- que seriam os principais prejudicados, devido à quebra da hierarquia e da disciplina, após os eventos da revolta dos marujos e dos comícios de Março de 1964- resolveram intervir, apoiados por políticos descontentes, como o governador da Guanabara Carlos Lacerda, da UDN, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais. Um contra- golpe, contra um provável golpe de Jango, segundo Gaspari.

Em síntese, dentro do que foi mostrado nesse capítulo, pode- se afirmar que para Cambeses, a hierarquia e a disciplina vinham sendo quebradas, sem punição, como nos casos da revolta dos sargentos (1963) e da revolta dos marinheiros (1964). Além de não punir os rebeldes, o governo Jango ainda sinalizava ser favorável às aspirações de elegibilidade dos sargentos (a causa da revolta) e de Reforma Agrária. Uma grande oposição a esse “sindicalismo populista” de Jango teria sido costurada. Na sociedade civil, inspirada pela fé cristã, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade clamavam ser contra o processo de comunização do país, em Março de 1964. Nos bastidores, militares fizeram a Revolução anticomunista, apoiados por políticos (especialmente da UDN) e empresários e latifundiários, temerosos de uma radicalização na economia e no campo.

Já Gorender, analisa que haviam diversos núcleos golpistas que se formaram de forma independente, mas que convergiram para o mesmo objetivo: apoiar a derrubada do governo Goulart. Entre esses golpistas estavam o embaixador norte- americano Lincoln Gordon, que desde o princípio advertia o presidente Kennedy que Jango estaria entregando o governo brasileiro para os comunistas. Havia também políticos conservadores que tramavam um golpe, como Carlos Lacerda, Generais e organizações como o IBAD e o IPES. Aproveitando- se da desunião das esquerdas (havia grupos de esquerda que queriam a derrubada de Jango, como o PCdoB e o POLOP), fizeram uma ampla defesa pública do fim do radicalismo de esquerda patrocinado pelo Presidente da República. As Forças Armadas, representantes do poder de coerção do Estado burguês, deram o golpe contra Jango, para preservar sua estrutura hierárquica e a Ordem, apoiadas por todos os grupos acima citados.

Élio Gaspari afirma que Jango vacilou muito tempo, querendo o apoio da esquerda e dos conservadores. Quando percebeu que estava desacreditado pela direita (Lacerda defendera a tutela ou deposição do governo Jango pelas Forças Armadas, no fim de 1963),

teria apoiado uma radicalização de esquerda. A Frente Nacionalista (de Brizola), o PCB e as Ligas Camponesas, entre outros, apoiaram então que o presidente desse um golpe na Constituição, para poder se reeleger, e acumular super- poderes para si mesmo. Contra essas intenções golpistas, foi que as Forças Armadas derrubaram Jango num contra- golpe, em Março de 1964, segundo Gaspari. As alianças foram feitas pelos partidos de oposição (UDN e boa parte do PSD) e pelos latifundiários e alto Clero, assim como jornais, que apoiaram o contra- golpe dos militares, em 64.

Capítulo 3:

O poder após o 31 de março

As análises sobre as ações do governo no período compreendido entre a implementação do Regime Militar (1964) e a decretação do AI 5 (1968), apresentam interpretações diferentes para cada uma das três versões historiográficas analisadas ao longo deste trabalho¹.

Na perspectiva do Coronel Cambeses, o 31 de Março foi uma Revolução que trouxe desenvolvimento e democracia para o país. Partindo do recorte central de seus estudos, os anos 1956 a 1964, o autor irá analisar as características dos governos militares. Ao analisar a política externa do período, por exemplo, Cambeses afirma que os governos militares apresentam uma nova diretriz para as relações internacionais estabelecidas pelo Brasil. Por essa diretriz, o país se alinharia com o bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos, passando a lutar contra o comunismo internacional. O alinhamento com os Estados Unidos foi, segundo o Coronel, uma das estratégias elaboradas pelo General Golbery do Couto e Silva para projetar o Brasil no campo internacional. Cambeses expõe a lógica de Golbery e explicita sua própria posição, ao escrever:

“[...] de um lado, o bloco ocidental, guiado pelos valores da democracia, do cristianismo e do capitalismo; de outro, o bloco comunista, levado pelas teses totalitárias, do ateísmo e do comunismo. À luz dessa disjuntiva, nosso lugar era óbvio no primeiro bloco, e deveria ser buscado dentro do binômio segurança e desenvolvimento” (CAMBESES, 2004: 3).

Para Cambeses, a partir do governo Castello Branco, o Brasil passou a buscar segurança e desenvolvimento, usando uma estratégia em que se mostrava submisso aos interesses americanos, sobretudo, no que dizia respeito a luta contra o comunismo. Naquele período o bloco ocidental estava na defensiva, em relação aos soviéticos e aos seus

¹ O AI 5 é objeto de análise de Gorender e de Gaspari, mas não é explicitado por Cambeses. Todavia, para delimitação temporal deste trabalho resolvemos trabalhar com esse recorte tendo em vista que os três autores debruçam-se sobre ele.

~~o período~~ recorte.

satélites. A estratégia brasileira visava conquistar um co-patrocínio dos Estados Unidos para um projeto desenvolvimentista nacional.

Ao invés de uma política externa independente, como haviam tentado Vargas e JK, a política externa do período Castello Branco era interdependente, ou seja, o país passava a se associar aos Estados Unidos. Contudo, Cambeses afirma que, a partir do governo do Marechal Costa e Silva, nossa política externa mudou de diretriz e voltou a buscar a independência.

Com essa análise, Cambeses insere claramente o 31 de Março e sua sucessão (os governos de Castello e de Costa e Silva) no quadro da Guerra Fria, defendendo a justeza do Itamaraty em se aliar com o bloco ocidental (cristão e democrata, segundo ele), para evitar a ascensão do comunismo na nação.

Após afirmar que Goulart apoiara claramente os regimes socialistas da União Soviética e da China, Cambeses justifica a necessidade da intervenção armada em Março de 1964, que ele chama de “patriótica”, uma vez que resguardaria a subserviência do país à política internacional soviética ou chinesa.

Vendo no governo Goulart uma tendência para a guerra revolucionária (comunista), conclui no patriotismo dos que pegaram em armas para fazerem a Revolução de 1964. Portanto, a análise de Cambeses do pós-1964, se concentra na defesa da política externa anticomunista adotada pelo Brasil.

A interpretação de Élio Gaspari sobre as ações dos primeiros governos militares está centrada na violência cometida pelo Regime durante os primeiros anos de poder e na sua intensificação a partir 1968. O jornalista não esconde o fato de que houve torturas, e registra que os generais Ernesto Geisel e Golbery Silva criaram “um aparelho repressivo incapaz de conviver com um regime constitucional” (GASPARI, 2002: 129). Aliás, Gaspari enfatiza um paradoxo entre a posição de Geisel e Golbery no início e no final do regime. No início montaram um aparato de repressão e no final (na década de 1970) acabaram com o aparelho repressivo. Foi esse paradoxo que estimulou Gaspari a escrever diversos livros sobre a Era Militar (1964- 85).

Gaspari descreve que se criou com o regime militar, a figura do “cassado”, para todas as “vítimas do regime”, que perdiam seus mandatos eletivos e seus direitos de cidadania e políticos. Só no primeiro ano do regime, 21 dos 94 Generais do Exército

Brasileiro foram cassados. Muitos desses haviam feito parte do “dispositivo militar” para assegurar o poder para Jango, feito pelo General Assis Brasil, igualmente cassado. Gaspari, na análise que faz do período 1964- 68 dá um foco para os círculos militares, e não para a sociedade civil. Embora fale dela também, através de seus protestos e políticos.

Sobre a tortura, afirma que “a tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares” (GASPARI, 2002: 134). Afirma que a justificativa para tal prática, da parte do governo, era que ele teria assumido a tarefa de combater a “corrupção e a subversão”. Embora não fosse legal, e até mal vista por Castello, a tortura passou a ser uma práxis nos porões dos quartéis, especialmente aplicada contra inimigos do novo regime, classificados de subversivos. Sobre os corruptos, o próprio Gaspari cita caso de várias pessoas que apoiaram o regime que tinham atividades ilícitas. Alguns foram afastados de suas funções, outros não. O alvo seriam os subversivos. Pois, segundo Gaspari: “perseguir subversivos era bem mais fácil do que encarcerar corruptos” (GASPARI, 2002: 135).

Já nos primeiros meses do novo regime teria surgido a “linha-dura”. Segundo Gaspari eram “oficiais que usavam os IPMs como forma de afirmação de um poder paralelo ao presidente da República”. Portanto, através de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), estabeleciam uma repressão grande e não autorizada pelo poder legal, do presidente Castello Branco, que representava uma ala mais moderada dos insurretos de 31 de Março, e que pertenciam à Escola Superior de Guerra (ESG) e queriam a volta do país à democracia direta em 1965, com eleições presidenciais.

Tendo uma característica mais ditatorial e anti-reformista, a luta nos bastidores dos oficiais militares prosseguiria por todo o regime militar, e sempre com a hegemonia de um grupo sobre outro. Por exemplo, o Ato Institucional baixado em Abril não tinha número. Esse era o plano de Castello, da ESG. Mas ele teve que ceder à “linha-dura”, e baixou outros Atos Institucionais, como o AI- 2, que instituiu o bipartidarismo, acabando com os partidos formados na Era Populista (1946- 64).

Gaspari mostra Castello como um estadista que não conseguiu se impor frente à linha- dura, e foi cedendo poder para ela para evitar um choque entre as forças que haviam tomado o poder, em 1964. Tanto é, que após Castello, o novo presidente da República,

escolhido por um Círculo de Generais, foi Costa e Silva, um dos líderes da chamada “linha-dura”.

A necessidade de um contra- golpe, que Gaspari defendeu, ao analisar o governo Jango, não faz com que ele seja conivente com os problemas do regime militar. Sobre o 1964, ele cita Geisel, que não classificava a tomada de poder como uma Revolução. Dizia o General gaúcho:

“o que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções fazem-se por uma idéia, em favor de uma doutrina. Nós simplesmente fizemos um movimento para derrubar João Goulart. Foi um movimento contra, e não por alguma coisa. Era contra a subversão, contra a corrupção [...]. Era algo destinado a corrigir, e não a construir algo novo, e isso não é revolução” (GASPARI, 2002: 138).

Gaspari afirma, em seus estudos, que Castello, tentando preservar a legalidade, acabou permitindo a ascensão da linha-dura ao poder, por meio da indicação de Costa e Silva para a Presidência da República. Após a morte de Costa e Silva a linha-dura se fortaleceu e indicou Médici, que governaria ditatorialmente. Gaspari mostra que a evolução do regime militar foi uma sucessão de desastres. Com a promulgação da Constituição de 1967, que consagrava ainda diversos princípios democráticos, imaginara-se que Costa e Silva governaria através dela. Não foi o que aconteceu. Ele baixou o AI-5 e começou um período autoritário no regime, ao contrário do que quisera Castello, falecido num acidente de avião em 1967.

A ascensão da “linha-dura” e, conseqüentemente, de um regime autoritário, acabou com a teoria castellista da “ditadura temporária”, e se construiu um regime que:

“se tinha a força necessária para desmobilizar a sociedade intervindo em sindicatos, aposentando professores e magistrados, prendendo, censurando e torturando, não a teve para disciplinar os quartéis que garantiam a desmobilização” (GASPARI, 2002: 141).

Castello, segundo Gaspari, não tinha conseguido conter os militares, e isso geraria uma espécie de governo paralelo (a “linha-dura”), que acabaria se tomando o poder de fato. O governo então, tornou-se cúmplice nas torturas praticadas nos porões. Isso levava

Golbery a pregar uma “linha- dura também contra violências e excessos”, em 6 de Setembro de 64.

Foi criada a Missão Geisel, para apurar as denúncias de tortura e abusos, feitos pela imprensa. Geisel foi encarregado de checar os casos. Mas seu superior, o General Muricy, mandaria que ele “não fizesse muita força” para encontrar os autores das torturas. E dessa forma, essa prática foi aumentando gradualmente, até chegar o governo Medici, onde a exceção virará regra.

Gaspari destaca também a criação do serviço Nacional de Informações (SNI), por Golbery. Descreve que o General, como chefe do Serviço, ganhara status de “super ministro”. E no discurso de posse na chefia dessa organização estatal, chamou o Serviço de “ministério do silêncio”. Criado pela Lei nº 4341, de 13 de Junho de 1964, o SNI só respondia ao presidente da República. Uma de suas principais missões era investigar atividades suspeitas ou subversivas, no país. Para isso “grampeavam” telefones, entre outras atividades. Gaspari ainda afirma que o SNI tinha laços estreitos com a CIA, ligando se à rede de serviços de espionagem ocidentais.

Gaspari conta que quando Castello propôs o Estatuto da Terra, a UDN foi contra. E o SNI teve o papel de tentar facilitar as negociações para que o Estatuto passasse.

Ainda no governo Goulart, grupos de esquerda do Brasil, influenciados pela Revolução Cubana, estavam empenhados em realizar uma luta armada para instaurar uma Revolução no país. A repercussão da Revolução Cubana era internacional. O filósofo existencialista francês Jean Paul Sartre, por exemplo, afirmava: “é preciso que os cubanos triunfem ou perderemos tudo, até mesmo a esperança” (GASPARI, 2002: 177).

No Brasil, as Ligas Camponesas eram muito influenciadas pelo guerrilheirismo castrista, e seu líder, Francisco Julião, teve encontros com Fidel Castro, durante o ano de 1963, onde os cubanos se disponibilizavam para treinar os camponeses. Já o PCB de Prestes estava disposto “a fazer tudo pelo triunfo do socialismo e da Revolução Cubana, menos pegar em armas” (GASPARI, 2002: 177).

Também houve o Movimento Revolucionário Tiradentes. Criado em 1962, tinha as bênçãos cubanas, e intencionava montar um “dispositivo militar” espalhado em várias áreas de treinamento do Brasil. Tinham ligações com as Ligas Camponesas.

Já o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), uma dissidência do PCB, alinhara-se à China de Mao Tsé Tung. Vários de seus líderes fizeram treinamento na China, visando criar uma guerrilha para derrubar Jango. Mas, tiveram que enfrentar uma situação mais difícil, a partir de 1964: a ditadura militar.

Che Guevara, em discurso proferido em Genebra, dissera sobre a América Latina e o Brasil. Em 1964:

“A linha geral da América Latina é o caminho armado: os imperialistas e suas marionetes o impõe. Quanto ao sucedido no Brasil, é um golpe de estado de direita. Pode-se defini-lo com um provérbio espanhol: quem semeia ventos, colhe tempestades” (GASPARI, 2002: 181).

Além de todo esse clima de guerrilha socialista na América Latina, no Brasil. Mais um político de esquerda tinha estreitas ligações com Fidel: Leonel Brizola. O governador gaúcho garantiu a posse de Jango em 1961, foi o Deputado Federal mais votado do Brasil, em 1963, pela Guanabara, e foi cassado no AI-1 pelo regime militar. Exilado no Uruguai, defendia a formação de um exército popular para derrubar os militares. Brizola teria feito contatos com os cubanos no fim de 1964, e conseguira de Fidel o compromisso de que poderia mandar guerrilheiros brasileiros para serem treinados na Ilha. Segundo Gaspari, ele sonhava com uma Revolução nos moldes da de 1930, para instalar um governo popular no poder.

Castello se recusasse a fazer uma “severa repressão”, como Lacerda aconselhava, para coibir qualquer foco de insurreição. O próprio Golbery se mostrava temeroso de haver uma insurreição comandada por Brizola, em fins de 1964. O grupo brizolista fundaria o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), formado por muitos militares cassados, que intentavam chegar ao poder pelas armas, derrubando a ditadura militar.

Para Gaspari, Fidel via em Brizola a hipótese de sucesso de um levante armado no Brasil, coisa que o PCB sempre rejeitara e que Julião fracassara. Segundo o autor, Brizola foi o mais destacado líder da esquerda radical brasileira, de 1965 à 1966. Haveria uma conexão entre alguns partidos comunistas (como o uruguaio e o Boliviano), Fidel e Brizola, para uma reação armada, no Brasil, contra os militares.

Em Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo, se concretizaria a primeira tentativa de guerrilha, durante o regime militar. Mas, em Março de 1967, o

Exército desbaratou a guerrilha, capturando alguns de seus membros. Brizola ordenou a desmobilização da guerrilha. Era o fim da primeira tentativa guerrilheira no Brasil, e a vitória dos militares.

Gaspari comenta que enquanto no mundo, movimentos de libertação estouravam (os hippies, por exemplo), no Brasil, ao contrário, o sistema era autoritário, e radicalizara-se em 1968, com o AI-5. A partir de então, o Executivo assumiu super-poderes, tendo as prerrogativas de fechar o Congresso e nomear governadores. Era o fim triste do quadriênio, que começara com a crise de Goulart e o levante militar de 1964 e terminara com uma ditadura ferrenha, que geraria reações igualmente violentas, com assaltos a bancos e luta armada em regiões sertanejas do país.

A terceira postura interpretativa aqui analisada é a de Jacob Gorender. Para o autor, “a vitória fulminante dos golpistas pôs a esquerda em fuga” (GORENDER, 1987: 70). O quadro que o dirigente comunista traça da implantação do regime militar é de uma profunda repressão, com intervenção em inúmeros sindicatos, dispersão das Ligas Camponesas, cassações políticas e o incêndio que acabara com o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE). Segundo o autor, desde o primeiro ano da ditadura militar: “torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado”.

Ao contrário de Gaspari, Gorender não enxerga uma gradual evolução do regime militar de uma ditadura que se instaurou para garantir a democracia para uma ditadura mais autoritária. Na visão de Gorender havia uma ditadura instaurada desde o início do governo Castello, que se intensificaria gradualmente. A esquerda, em sua grande maioria, articulava uma reação, a partir da clandestinidade.

Ainda segundo Gorender, a Constituição de 1967, feita ainda sob a égide dos “moderados” anos de Castello, “hipertrofiou o Executivo, porém estabeleceu normas restritivas do arbítrio autoritário”. Contudo, “a intenção legitimista de Castello se frustrou pelos acontecimentos de 1968. O Ato Institucional nº 5 consumou o fechamento completo da ditadura militar”. (GORENDER, 1987: 71).

Segundo Gorender, o que ocorreu a partir de Março de 1964 foi uma ditadura comandada pelas Forças Armadas, que não tornou o Estado Fascista, mas implementou a “militarização do Estado”, usando o poder de coerção do Estado, pelas armas. Interpretando

esse fenômeno, afirma que “a militarização do Estado serviu aos interesses da burguesia brasileira” (GORENDER, 1987: 72).

Após essa militarização do Estado e do uso da coerção para impor um plano político, haveria uma reação através de guerrilhas populares, por parte da esquerda, que se armou para lutar contra a ditadura militar. Esse será o foco do livro *Combate nas Trevas*, de Gorender, que estudou da crise do governo Jango à intensificação da ditadura militar, até chegar ao assunto das guerrilhas revolucionárias de esquerda, nos anos de Chumbo da ditadura, em fins da década de 1960 e começo da de 1970.

De forma resumida, pode-se dizer que os três autores aqui estudados enfatizam aspectos diferentes ao comentar sobre o regime militar, de 1964 à 1968. Para Cambeses, o aspecto mais importante é que os militares tentaram fazer um governo com progresso e democracia, nesse período. Acentua o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos e ao bloco ocidental capitalista, no combate ideológico contra o comunismo, durante a Guerra Fria. Ele não comenta o governo Costa e Silva e o endurecimento do regime, a partir do AI-5, em 1968.

Gaspari afirma que desde o começo do governo Castello houve torturas e agressões, ocorridas em quartéis contra os inimigos do regime, considerados subversivos. Os IPMs foram usados com o fim de enfraquecer os inimigos. Mas o jornalista faz a ressalva de que os abusos eram cometidos por um grupo de oficiais radicais, que queria imprimir um governo ditatorial, e que funcionava como um governo paralelo, sem obedecer às diretivas de Castello, que queria a volta da normalidade democrática. Com o tempo, esse grupo de oficiais passou a se chamar “linha-dura”, e fez com que Castello cedesse espaço para eles (por temer um enfrentamento entre as forças que haviam derrubado Jango), que chegariam ao poder em 1967, com Costa e Silva, que decretaria o AI-5, terminando com o projeto de Castello de um pronto restabelecimento da democracia (que ele pensara, inicialmente, para 1965, com a convocação de eleições presidenciais). Portanto, Gaspari vê o período iniciado com a derrubada de Goulart, com uma ditadura militar, em 1968.

Gorender analisa que a ditadura foi uma realidade desde os primeiros dias de Abril de 1964. Ao contrário de Gaspari, para Gorender, houve apenas um aumento gradual da coerção estatal, mas sempre presente, tanto em Castello, como em Costa e Silva (num grau maior, desembocando no AI-5). Classifica o regime militar como uma militarização do

Estado, benéfica para a burguesia brasileira, e que se manterá, desde o princípio, pela uso do poder de coerção do Estado.



CONCLUSÃO

Os três autores usados para esse trabalho – Cambeses, Gaspari e Gorender – analisam a implantação do Regime Militar a partir do governo Jango. Eles afirmam que o antes da ascensão dos militares ao poder o país vivia uma crise política talvez só comparável à de Vargas, em 1954, que terminou com o suicídio do Presidente. Mas as causas e motivações para a crise são interpretadas de forma distinta, pelos autores.

Para os três pensadores Jango era político conciliador e governava em torno dessa idéia. Todavia, a partir dessa constatação comum cada um dos interpretes irá analisar diferentemente o governo Jango. Para Cambeses os erros cometidos pelo ex-presidente na política externa causaram a sua deposição. Esses erros estão associados a forma permissiva com que Jango tratou os comunistas, permitindo inclusive que se infiltrassem no poder federal. Essa permissividade terminou repercutindo internamente e levando à sua deposição.

Para Gorender, ao realizar uma política conciliadora, Jango desejava conquistar o apoio tanto da ala conservadora da política nacional quanto da esquerda. Mas, foi inábil e perdeu apoios significativos dos dois grupos políticos. A ausência desses apoios terminou possibilitando a adoção de um Golpe de Estado militar, por parte da direita.

Na interpretação de Gaspari Jango tinha a intenção de dar um Golpe e sepultar a democracia brasileira. Por isso, os militares teriam feito um contra-golpe em 1964.

Gorender vê no período do governo Jango, um período de avanços sem igual, no Brasil do século XX, para as classes trabalhadoras. E entende que o golpe contra Jango teria sido orquestrado por diversos grupos independentes, que teriam se juntado com o objetivo único de derrubar o Presidente. Para Gorender, a causa dessa revolta, era que interesses de classe estariam sendo ameaçados, uma vez que Jango apoiava a elegibilidade dos sargentos – algo visto pela alta hierarquia militar como subversivo, por destruir a disciplina – e os anseios dos camponeses, por meio das Reformas de Base, que incluíam a Reforma Agrária. Enfrentando um Congresso formado por um grande número de latifundiários, que formaram a oposição ao seu governo, aglutinados especialmente na UDN, Jango também atraiu contra si Generais temerosos de uma anarquia no seio das

Forças Armadas. E para piorar, ainda haviam grupos da esquerda que queriam derrubar Jango pelas armas, por o considerarem moderado demais, como o PCdoB.

Quando se viu abandonado pelos conservadores, a quem tentara conciliar politicamente, no fim de 1963, Jango passara a apoiar abertamente as Reformas de Base, e a ser apoiado por grupos como o PCB, a Frente Nacionalista (de Brizola) e as Ligas Camponesas. Mas, segundo Gorender, as Forças Armadas, que tem o papel de ser o agente coercitivo do Estado burguês, derrubaram o governo Jango, e instituíram uma militarização do Estado, baseada no autoritarismo, para manter a burguesia no poder, sem ameaçar seus privilégios, inclusive em relação aos latifundiários.

Para Gorender, desde o começo do regime militar, houve uma ditadura e o recurso a mecanismos de exceção, como torturas, contra as forças progressistas, através de cassações de mandatos políticos e intervenções em sindicatos. Por isso, as forças derrotadas se organizariam para resistir, numa resistência armada, que estouraria com a intensificação da ditadura, em 1968, a partir do AI-5, em 1968.

Para Cambeses, o “populismo sindicalista” de Jango estava aliado a conhecidos subversivos, como o PCB. Ele entende que Jango apoiava regimes socialistas como o da China e da União Soviética. E que internamente pretendia fortalecer os sindicatos, e a quebra da hierarquia, ao não punir sargentos e marinheiros que haviam se rebelado, inclusive apoiando seus reclames.

Por isso, o Coronel da reserva da Força Aérea, entende que as forças “patrióticas” se juntaram para derrubar um governo que marchava para formar uma “República Sindicalista”. Então, a sociedade civil cristã e havia ido às ruas, nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, para se manifestar contra a subversão e o comunismo. E em nome disso, Cambeses diz que as Forças armadas derrubaram Jango. Aliadas a políticos conservadores, temerosos da radicalização de esquerda.

Uma vez no poder, os militares teriam tirado o Brasil da política externa independente, e colocado o país na órbita da aliança ocidental, “cristã e democrática”. Essa foi a política externa de Golbery. Internamente, o Coronel apenas afirma que os militares queriam um desenvolvimento com democracia, e esperavam apoio americano, para implementar um projeto desenvolvimentista. Sobre o governo Costa e Silva, e o fim da democracia, com o AI-5, nada comenta. Apenas escreve que Costa e Silva mudou a política

externa, anteriormente ditada por Golbery, e colocou o país numa política independente, novamente.

Élio Gaspari defende que Jango, apoiado pelas forças de esquerda que sustentavam seu governo, queria dar um golpe na Constituição vigente, para poder se reeleger e acumular super- poderes, acumulando aspectos do Poder Legislativo para si. Porém, mostra que o perigo maior que os militares viam não era Jango, mas seus aliados, como o PCB e as Ligas Camponesas. Como ele não rompeu com elas, e para evitar que desse um golpe ao estilo bonapartista, as Forças Armadas o depuseram do poder, em 1964.

Uma vez no poder, estabeleceram-se, segundo Gaspari, o poder legal, do Marechal Castello Branco, ligado à ESG, que queria em apenas um ano que o país voltasse à normalidade democrática; e um poder paralelo, formado por oficiais radicais que queriam estabelecer um governo ditatorial, capaz de acabar com qualquer foco de subversão no país. Esse grupo radical se chamou “linha-dura”, e para evitar um enfrentamento direto com eles, Castello cedeu excessivamente, permitindo que eles chegassem ao poder, em 1967, com Costa e Silva. O Ato Institucional nº 5 marca, para o autor, o fim do período regido pela Constituição Democrática de 1967 e pelos princípios de Castello, inaugurando uma ditadura militar.

o que aprendi ?

BIBLIOGRAFIA

CAMBESES JUNIOR, Manuel. *Do Governo Juscelino Kubitschek até a Revolução de Março de 1964*. In: www.reservaer.com.br

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREITAS, Marcos. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto; Universidade São Francisco, 1998.

GASPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas- A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.